
ATA Nº 8

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025

15 DE DEZEMBRO DE 2025

----- Aos quinze dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, no Centro Social e Paroquial das Fontinhas, freguesia das Fontinhas, deste Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

-----Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Diana Andrade Ferraz Gomes em substituição de Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD, Rafael Tavares Lima - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Jorge Espínola Freitas - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal - PPD/PSD, Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos - CDS-PP, Marcos de Oliveira e Fagundes – PPD/PSD, Maria Luísa Cardoso Flores Brasil – PS, Luís Miguel Vieira Leal – PS, Maria Antónia Ferreira Nogueira Sequerra Dutra – PS, Ricardo António Ferraz da Rosa – PS, Simão Pedro Meneses Fonseca – PS, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira - PS, Luís Miguel Branco Silveira - PS, Maria da Conceição Sousa Menezes - PS, Francisco Natálio Mendonça Ventura - PS, Hélia Maria Pinheiro Cardoso – CHEGA, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Joel José Toste Ávila em substituição de Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, Eduardo Manuel Marques Azevedo - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Susana Cristina Toste da Silva - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, Lucas Filipe Dinis Almeida em substituição de José Luciano Nobre Fernandes de Carvalho Esteves - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Zósimo Linhares Pereira Nunes - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas e José Luciano Nobre Fernandes de Carvalho Esteves - Junta de Freguesia de Santa Cruz.-----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove,

de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros: -----

----- Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD. -----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros: -----

----- Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas e José Luciano Nobre Fernandes de Carvalho Esteves - Junta de Freguesia de Santa Cruz. -----

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Emanuel Raimundo Pereira de Sousa, Paula Cristina Borges de Sousa, John Azevedo Branco, Marco Euclides Lemos Martins, Patrícia Alexandra da Silva Lopes e Manuel Hildeberto Diniz Pires. -----

----- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que, pelo facto de faltar o 1.º secretário, e como previa o regimento, este era substituído pelo 2.º secretário, tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O Sr. Presidente da Mesa questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do Partido Social Democrata propôs o nome de Diana Andrade Ferraz Gomes. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio, procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta e um boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, tendo pois, o referido membro, sido eleito com vinte e nove votos a favor, um voto em branco e um voto nulo, tomando desde logo o seu lugar na Mesa. -----

----- **ATA DA REUNIÃO DE CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA:** -----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio para informar que apenas tinha recebido a ata em apreciação. -----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que as restantes estavam disponíveis no link da Assembleia, nomeadamente na documentação de apoio. -----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** acrescentou que apenas tinha visto a referida ata. -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que, após confirmar o mesmo, que as atas mais recentes haviam sido introduzidas nos dias onze e doze de dezembro. -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com:** -----

----- **Vinte e seis votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Doze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís

Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila e Zósimo Linhares Pereira Nunes; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos; -----

----- **Dez do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Menezes Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima; -----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Cinco abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Duas do PPD/PSD** – Susana Cristina Toste da Silva e Lucas Filipe Dinis Almeida; -----

----- **Três do PS** – Simão Pedro Menezes Fonseca, Francisco Natálio Mendonça Ventura e Eduardo Manuel Marques Azevedo. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** fez uma interpolação à Mesa: -----

----- “O CDS-PP votou, mas quando foi anunciado o resultado da votação o CDS ficou sem saber como votou.” -----

----- **O Presidente da Mesa** pediu desculpas e informou que o CDS-PP também tinha votado favoravelmente. -----

----- **ATA DA REUNIÃO DE TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – PRIMEIRA REUNIÃO DO MANDATO DE 2025/2029:** -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com:** -----

----- **Vinte e cinco votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Onze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges e Zósimo Linhares Pereira Nunes; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos; -----

----- **Dez do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Menezes Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima; -----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Seis abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Três do PPD/PSD** – Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva e Lucas Filipe Dinis Almeida; -----

----- **Três do PS** – Simão Pedro Menezes Fonseca, Francisco Natálio Mendonça Ventura e Eduardo Manuel Marques Azevedo. -----

----- **ATA DA REUNIÃO DE TREZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:** -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com:** -----

----- **Vinte e sete votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Onze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges e Zósimo Linhares Pereira Nunes; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Doze do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima; -----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Quatro abstenções, nomeadamente:**-----

----- **Três do PPD/PSD** – Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva e Lucas Filipe Dinis Almeida;-----

----- **Um do PS** – Francisco Natálio Mendonça Ventura.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Foram apresentados os seguintes votos: -----

----- **Pelo Grupo do CHEGA:** -----

----- Voto de Recomendação, para que se procedesse à intervenção na Praia da Riviera, garantindo a reposição imediata das condições de segurança, estabilidade e acessibilidade dos passadiços; implementasse medidas de mitigação e prevenção da erosão, evitando a repetição dos danos observados; assegurasse um plano regular de manutenção e monitorização das infraestruturas existentes, prevenindo situações de risco e preservando adequadamente um espaço de interesse público e turístico, lido pela Deputada Hélia Cardoso. -----

----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e antecipou que a intenção de voto do Grupo Municipal do PPD/PSD, seria pela abstenção, uma vez que a intervenção era constante e continuaria a ser assim. Disse que, ao contrário daquilo que tinha sido lido no voto, a intervenção em si, bem como o voto, era extemporâneo, isto porque naquele momento não existia qualquer tipo de intervenção a ser feita a não ser na areia, o que era diferente de uma intervenção no embelezamento da situação. Acrescentou que, estavam a falar de uma intervenção que tinha que ser conjunta com a Secretaria do Ambiente, isto é, a Câmara Municipal por si só não o podia fazer. Informou que, daquilo que já tinha apurado estavam a trabalhar naquela situação. Referiu que, ao

contrário daquilo que muita vez se apregou, e era verdade que as canas eram infestantes, mas estas só podiam ser retiradas das dunas, se colocadas espécies dunares para segurar as dunas no seu local e no seu devido sítio. Informou que essas espécies, daquilo que tinha percebido, estavam em cativeiro na Secretaria do Ambiente e certamente seria feito esse contacto, por parte da Câmara Municipal, porque tal como fez a intervenção imediatamente após apurar aquilo que seria uma intervenção necessária, dava para ver que a Câmara Municipal estava a trabalhar muito bem.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** usou da palavra e agradeceu a intervenção, dizendo que também já tinha ido ao local em causa verificar. Referiu que já havia alguma areia repostada, mas que havia um dos acessos pelas escadas em que se tinha que ser um bom atleta para se passar do passadiço para a areia. Concordou que a solução, para segurar a areia, passava pelo que tinha sido referido e que não era preciso gastar dinheiro, mas sim usar a própria natureza para segurar a areia e manter aquele passadiço utilizável a qualquer utente.-----

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e disse que a recomendação era bem-vinda, havia liberdade naquela matéria, relativamente ao Grupo Municipal Partido Socialista, mas, de facto, havia necessidade de aprimorar e de melhorar aqueles passadiços e aquelas escadas e, portanto, se queriam ser um Município com mobilidade e com que as pessoas se virassem para a Baía, era necessário um fortalecimento e o rejuvenescimento daquela matéria. Concluiu dizendo que, relativamente à recomendação em apreciação, parecia-lhe que devia ser viabilizada. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, obviamente que não se identificavam com o teor do voto apresentado, uma vez que havia um contrassenso entre o que estava escrito e a realidade. Acrescentou que todos sabiam que no inverno era perfeitamente natural que os fenómenos meteorológicos mais adversos fizessem movimentações de areias e provocassem alguma erosão. Informou que não se reviam na questão de haver negligência por parte da Câmara, porque esta vinha tendo uma ação de manutenção das infraestruturas municipais com alguma regularidade. Concluiu informando que, pelo acima exposto, não podiam aprovar o voto em causa. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado com:** -----

----- **Quatro votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Um do PPD/PSD** - Joel José Toste Ávila; -----

----- **Dois do PS** – Ricardo António Ferraz da Rosa e Maria da Conceição Sousa Menezes; -----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Vinte e quatro abstenções, nomeadamente:**-----

----- **Treze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; -----

----- **Onze do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima; -----

----- **Três votos contra do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos. -----

----- **Pelo Grupo do PS, CDS/PP e CHEGA:** -----

----- Voto de Protesto, pelo facto da *Azores Airlines* não reforçar a operação aérea na época de Natal e de Ano Novo para a ilha Terceira, lido pelo Deputado Luís Leal. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que não podiam aceitar/ficar calados perante a discriminação que a companhia aérea regional açoriana fazia em relação à segunda maior ilha dos Açores. Informou que os preços que estavam disponíveis, naquele momento, eram incomportáveis para a maioria dos açorianos e o aeroporto da Terceira não servia só os habitantes da Ilha Terceira. Concluiu dizendo que aquela decisão lesava os interesses de uma parte significativa dos açorianos, por isso, em consciência, tinham que se manifestar e protestar. -----

----- **O Deputado Rafael Lima** interveio e disse que o Grupo Municipal do PSD entendia que o caminho deveria ser, em primeiro lugar, interpelar a SATA para tentar perceber o porquê da escolha. Acrescentou que, na realidade os voos existiam, havia voos e lugares para a Ilha Terceira. Disse que o voto apresentado não era coerente, pois dizia que a SATA tinha aumentado, em quatro aeroportos, o número de voos e, depois, que se estava a tentar centralizar em Ponta Delgada. Referiu que existia a coerência nas escolhas políticas porque, na realidade, existindo esses voos e lugares, não podiam, por caprichos políticos, entender que havia a necessidade de mais voos para a ilha Terceira. Confessou que se estranhava o PS estar, de forma conjunta, porque era público que tinham apresentado o mesmo voto em Angra do Heroísmo, de forma concertada, estar a apresentar o mesmo voto nas duas Assembleias Municipais. Acrescentou que também era curioso o facto de alguns deputados municipais, quer em Angra, quer na Praia, acumularem funções de deputados municipais e deputados regionais, pois assim sendo, o lugar correto para apresentarem o voto em causa era na Assembleia Regional. Disse que o PS ia a velocidades diferentes, consoante o órgão onde está a atuar, isto é, na Assembleia Regional afirmava que, ano após ano, o Governo Regional aumentava a dívida, mas na Assembleia Municipal é que tinha coragem para apresentar um voto para, de forma quase lesiva, uma empresa pública ou privada aumentar o seu passivo face àquilo que poderiam ser voos deficitários. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que só queria deixar um ponto de reflexão a pretexto da discussão em causa, ou seja, tinham discutido nos últimos anos, bem como mais recentemente, a questão da SATA, da sua privatização, da instrumentalização política e da forma como esta servia ou não os açorianos. Disse que o voto e a necessidade de existirem mais voos e maior disponibilidade de acessibilidades entrava muito em comunicação com a SATA ser ou não ser do Governo, -----

ser ou não ser um instrumento político, não no mau sentido, mas um instrumento de dinamização do transporte e da economia dos Açores. Acrescentou que aquela discussão era muito interessante, que a iam ter mais à frente, sobre se a SATA devia ou não ter a mão do Governo e se devia ou não ser controlada, de alguma forma, para servir a economia dos Açores e os açorianos. Concluiu dizendo que, gostava que todas as ilhas tivessem, todos os voos, com o maior número de lugares disponíveis, todos os dias. -----

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e disse que devia deixar bem claro que o primeiro requerimento e a primeira observação, feita de âmbito regional, relativamente ao não reforço da Ilha Terceira, tinha sido feito por si, antes do CDS-PP Terceira se manifestar, portanto, enfermava de vício essa matéria, ou seja, tinha sido o PS, em sede Regional, a fazer o requerimento e a chamar a atenção, vindo depois a Câmara de Comércio, depois o CDS-PP Terceira e, naquele momento, aquela Assembleia Municipal, e bem, até porque a Terceira tinha dois Concelhos e não convinha esquecer isso. Informou que, algo mais havia a dizer sobre o assunto, pois entre os dias vinte e sete e trinta de dezembro não tinha sido possível, por falta de lugares ou por falta de disponibilidade, designadamente da *Azores Airlines*, que houvesse um torneio com cerca de quinhentas a seiscentas pessoas. Posto isso, alertou para o facto de não ser o PS a dizer, mas sim as coletividades. Referiu que, qualquer sinal que fosse dado para o exterior de não reforçar as ligações da Ilha Terceira, tinha que ser olhado de forma negativa. Concluiu informando que não se reviam quando não havia reforço para a Ilha Terceira, mas sim quando a Ilha Terceira saía reforçada, quando o destino Terceira era reforçado e quando, acima de tudo, era bem comunicado. -----

----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e disse que estavam totalmente de acordo quanto àquilo que era a oferta equitativa para a Terceira, No entanto, quanto ao evento desportivo, que seria uma possibilidade de existir na Ilha Terceira, disse saber que este não passou de uma ideia e de um projeto, caso contrário poderiam ter reunido junto as instâncias necessárias para pedir esse reforço para a Ilha Terceira, pois era assim que se deveria trabalhar e deu como exemplo o Clube Naval, que o tinha feito. Concluiu dizendo que, o grupo Municipal do PSD, mantinha tudo o que havia sido dito e reforçava que estava sempre em prol da Terceira e, essencialmente, em prol dos praienses. -----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado por maioria com:** -----

----- **Dezassete votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos; -----

----- **Treze do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima; -----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Catorze abstenções do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida. --

----- **Pelo Grupo do PS:** -----

----- Voto de Recomendação, para implementação de uma Plataforma Tecnológica de gestão da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, lido pelo Deputado Ricardo Rosa. -
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “Eu não sou contra a tecnologia, mas façam uma dotação de cerca de quatro milhões para investimento, considero que a Câmara tem outras aplicações mais prioritárias para aplicar o investimento da Câmara do que agora numa aplicação. Acho que conseguimos resolver com a prata da casa o que é necessário, já estão a ser utilizados os meios informáticos. Não o considero prioritário, daí o voto contra.” -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do CDS votou contra porque, basicamente, o que é recomendado é que se gaste dinheiro em ir ao mercado buscar soluções quando, dentro de casa, se tem vindo paulatinamente a implementar soluções e tem-se vindo a implementar soluções já há vários anos e soluções de baixo custo, à medida que vai sendo possível implementá-las, e à medida que a Assembleia vai achando que tem necessidade delas. Portanto, as várias ações que o Grupo Municipal do Partido Socialista aqui invocou, como sendo necessárias num âmbito digital, são exageradas para aquilo que é o funcionamento da Assembleia Municipal. Se fosse nossa convicção de que a Assembleia Municipal estava a funcionar mal e que isso sim seria a solução para funcionar melhor, obviamente não votaríamos contra. De qualquer das formas, o que nos é proposto é um aumento de despesas para fazer algo que vem sendo feito ao longo dos tempos, está ao alcance técnico e tecnológico dos serviços da Câmara, portanto, não achamos que haja necessidade de ir ao mercado buscar soluções.” -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “A bancada do PSD votou a favor porque, tratando-se de uma recomendação e tendo em conta que no âmbito da digitalização dos serviços, a Câmara já está a tentar ultrapassar alguns dos constrangimentos, nós também somos a favor da modernização e da tecnologia e, portanto, este voto apenas recomenda à Câmara que, no âmbito das suas possibilidades, de acordo com as suas possibilidades financeiras, vá modernizando e dando condições para que os serviços se façam de uma forma mais ágil, mais célere e mais cómoda e, enfim, e mais exequível para todos. Portanto, nesse sentido, votámos a favor e esses trâmites serão ultrapassados sempre que a Câmara tenha a possibilidade de o fazer.” -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** fez uma interpolação à Mesa: -----

----- “Eu não referi, no nosso voto de recomendação, que a Câmara fosse ao mercado gastar dinheiro para comprar uma solução. O que eu referi, e está aqui preto no branco, é que fosse feita uma consulta ao mercado para perceber a viabilidade técnica e financeira sobre uma solução de gestão deste órgão.”-----

----- **Pelo Grupo do CDS-PP:**-----

----- Voto de Recomendação, ao Governo Regional dos Açores que desencadeie os procedimentos técnicos e administrativos necessários à concretização de obras de reabilitação da Escola Básica e Integrada dos Biscoitos, lido pelo Deputado Pedro Pinto.

----- **O Deputado Luís Vieira** usou da palavra e disse que ia votar favoravelmente o voto apresentado.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio e disse que, no orçamento para dois mil e vinte e seis, sob proposta do CHEGA, foi aprovada uma dotação de um milhão para a Escola dos Biscoitos, por isso, considerava extemporâneo aquele voto uma vez que já estava assegurado no referido orçamento.-----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** usou da palavra e disse que a bancada do PPD/PSD se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado por maioria com:**-----

----- **Vinte e nove votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Catorze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida;-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Doze do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Um voto contra do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso.-----

----- **Pelo Grupo do PS:**-----

----- Voto de Congratulação, pela reedição do livro “Memorial da Praia da Vitória” – edição atualizada, lido pela Deputada Maria Luísa Brasil.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do CDS-PP:**-----
----- Voto de Congratulação, a Ricky Joe Baptista, pelo relevante trabalho exercido em prol do Município da Praia da Vitória no anterior mandato autárquico, lido pela Deputada Andreia Vasconcelos.-----
----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e disse que a bancada do PPD/PSD se associava ao voto.-----
----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto.-----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----
----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do PS:**-----
----- Voto de Congratulação, a Maria Areias, pelo seu mérito desportivo e pela relevante conquista alcançada a nível nacional, na modalidade de Dança Desportiva, enquanto atleta do Clube de Dança das Lajes, lido pelo Deputado Eduardo Azevedo.-----
----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----
----- **O Deputado Jorge Freitas** usou da palavra e disse que a bancada do PPD/PSD se associava ao voto.-----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----
----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do PS:**-----
----- Voto de Congratulação, a Briana Espínola, pelo seu mérito desportivo e pela relevante conquista alcançada a nível nacional, na modalidade de Dança Desportiva, enquanto atleta do Clube de Dança das Lajes, lido pelo Deputado Eduardo Azevedo.-----
----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----
----- **O Deputado Jorge Freitas** usou da palavra e disse que a bancada do PPD/PSD se associava ao voto.-----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----
----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas onze horas e dez minutos iniciou-se o período da Ordem do Dia.-----
----- **O Presidente da Mesa** interveio para informar que seria acrescentado o ponto trigésimo quarto à ordem de trabalhos.-----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----
----- O Sr. Rui Felipe Vieira Silva Brito, [REDACTED], interveio e sobre o assunto “Táxis na Praia da Vitória” e questionou em que situação se encontrava e o que estava previsto, relativamente à

abertura de concurso para novas licenças, anunciada em setembro passado, bem como, em relação à tipologia A e T, se já ia seguir o novo regulamento, que se referia ao Decreto-Lei cento e um barra dois mil e vinte três. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que havia alguma confusão em relação a concurso, pois aquilo que tinha sido tramitado, no final do último mandato, tinha sido unicamente uma alteração ao Regulamento para que pudesse haver a liberalização da circulação no Concelho e que aquilo que, certamente, o anterior Vereador tinha transmitido era que estaria a ser preparado o concurso para a abertura de novas praças. Posto isso, informou que estava a ser diligenciado e que tinham tudo tratado para que no início do ano aquele procedimento pudesse passar a concurso, com a oportunidade de abrirem até dez praças. Quanto à tipologia dos veículos, confessou que não podia responder para já, pois tinha que consultar toda a documentação que estava a ser preparada, mas adiantou que tiveram recomendações, por parte de taxistas, que manifestaram interesse em apresentarem um recurso diferenciado e com oportunidade de terem um táxi direcionado a pessoas com mobilidade reduzida. Informou que a situação tinha sido partilhada com a APALIT, que havia efetivamente uma demora em todo o procedimento, mas que este não dependia só do Município. Concluiu dizendo que o que aconteceu em novembro e que foi publicado no Diário da República, foi exatamente o Regulamento que foi aprovado na última Assembleia Municipal do anterior executivo. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** interveio para propor que se criasse uma plataforma tecnológica que facilitasse ao mercado a solicitação do serviço de transporte público. ----

----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e disse que aquela situação, há cinco anos atrás, era totalmente um tabu, ou seja, enquanto tinha estado o executivo Socialista, não havia a liberalização das praças. Acrescentou que, no caso em concreto, aquele executivo trabalhou muito bem a situação, liberalizou, de uma vez por todas, as praças e estava a transmitir uma mensagem clara e transparente sobre o processo que estava a decorrer. -----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 19 DE AGOSTO A 27 DE NOVEMBRO DE 2025.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** interveio e lembrou que, no passado dia vinte e sete de novembro, na Praia da Vitória, houve uma aplicação de produtos herbicidas nas vias principais da cidade, tendo a mesma gerado alguma manifestação popular. Referiu que o que estava em causa não era só o horário, mas também o grosseiro incumprimento da lei que regulava o controle de ervas daninhas nas zonas públicas. Acrescentou que, já há algum tempo que se vinha a fechar os olhos a esses e outros assuntos que preocupavam os munícipes do Concelho. De seguida, colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão - ao abrigo da Autorização nº cento e sessenta-AT-ZU/ZL/VC, de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e cinco, concedida pela Direção Geral da Alimentação e Veterinária, à Câmara Municipal, disse apresentar um requerimento oral

a solicitar o processo de pedido dessa autorização com a identificação do técnico responsável e dos aplicadores certificados, apresentando as respetivas habilitações, bem como o requerido para o processo de autorização, conforme o artigo vigésimo oitavo da Lei vinte e seis, dois mil e treze, de abril; -----

----- 2ª Questão - na Câmara e/ou noutros órgãos da Administração da Praia Ambiente, E.M., sobre a utilização dos meios de combate às ervas daninhas nas zonas públicas, qual era a decisão tomada pelo executivo e, na presumível observação de cumprimento do artigo trigésimo segundo da Lei vinte e seis, dois mil e treze-“Redução do risco na aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas e de lazer”, que no seu número três determinava que “Em zonas urbanas e de lazer só devem ser utilizados produtos fitofarmacêuticos quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente os meios de combate mecânicos e biológicos”, porque não estava a ser utilizado o equipamento de monda térmica, adquirido em dois mil e dezanove pela autarquia, para combater a vegetação infestante, pois tratando-se de um meio de combate mecânico, deveria ser dada preferência à sua utilização, como determinava a referida norma; -----

----- 3ª Questão – determinava a alínea e), do número quatro, do artigo trigésimo segundo, da Lei vinte e seis, dois mil e treze que, “nas aplicações de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas e de lazer devia ser: Assegurado que são previamente afixados, de forma bem visível, junto da área a tratar, avisos que indiquem com clareza o tratamento a realizar, a data a partir da qual se permite o acesso ao local tratado, estabelecida de acordo com o intervalo de reentrada que, caso não exista indicação no rótulo, deve ser pelo menos de 24 horas, bem como a identificação da entidade responsável pelo tratamento.”, qual a razão para o não cumprimento do que estava estipulado na presente norma.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, ao ouvir o Deputado Ricardo Rosa, tinha ficado com a sensação de que tinha havido um problema de poluição química altamente gravosa e que tinha afetado, de uma forma muito grave e séria, os cidadãos da Praia da Vitória. Referiu que, relativamente àquela matéria, achava que se impunha alguma serenidade, sendo certo que estavam ali para questionar a Câmara e exercer a fiscalização da atividade camarária, bem como para fazer política, para levantar questões e para alertar para problemas, mas importava que as coisas também fossem encaradas de um modo proporcional. Posto isso, disse que, se por um lado, reconhecia que o tom que o Deputado Ricardo Rosa usou, naquele momento, foi um tom sereno, foi um tom em que procurou resguardar-se naquilo que era a legislação em vigor e o cumprimento ou não das normas, já isso não tinha sido o observado na peça televisiva, fazendo parecer que tinha havido um acidente químico e que tinha sido necessário evacuar a cidade e a ilha por causa disso. Informou que, da pesquisa efetuada tinha verificado que aquele era dos poucos herbicidas de origem natural, extraído do girassol e um produto de perfil favorável, de baixa perigosidade para o homem e para o ambiente, degradando-se rapidamente em água e CO₂, mas sobre a opção por um produto de origem natural, etc., reforçava o pedido de esclarecimento à Câmara Municipal.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** dirigiu-se ao Deputado Pedro Pinto e disse que a intervenção que fez, como cidadão e residente na Praia da Vitória, tinha sido a intervenção adequada àquilo que estava a acontecer. Acrescentou que este não sabia o que estava a dizer, nem sabia do que estava a falar. Mencionou que, aquela intervenção tinha sido de uma irresponsabilidade brutal e de uma incompetência duvidosa e que não se tratava de tom, mas sim de conteúdo e de substância. Concluiu dizendo que não se identificava com aquele tipo de discurso, aliás lamentava que daquela bancada viessem, muitas vezes, intervenções das quais não esperava, porque tinha sido criado com outro CDS. - -----

----- **O Deputado John Borges** usou da palavra e disse concordar com o que o Deputado Ricardo Rosa havia dito, isto é, a hora não foi a mais correta, mas achava que a responsabilidade não devia ser atribuída ao Vice-Presidente, depois de vinte dias de mandato, mas sim a quem estava a colocar o produto, ou mandou colocar o produto que trabalhava na Câmara há trinta anos. Por fim, disse que era importante questionar quem tinha dado ordens para aquela intervenção e qual a razão para que nas ruas traseiras o herbicida fosse colocado à noite e na Rua de Jesus sempre durante o dia. -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** interveio e pediu que lhe fosse autorizado fazer uma recomendação a todos os deputados municipais eleitos, ou seja, disse que o tom que se pretendia era um tom de cordialidade, um tom de consenso, assim que possível. Disse que, podiam estar distantes em termos de ideologia, da forma como pensavam, mas certamente unidos naquela que era a solução. Referiu que, quando ali dito, por um deputado daquela Assembleia Municipal, com a mesma legitimidade de eleição quanto os restantes, que não reconhecia naquela bancada, a bancada do CDS, achava que aquela não era uma declaração a ter naquela casa. Acrescentou que, aqueles que assistiam em casa procuravam, em todos os presentes, soluções e não era pelo tom mais altivo ou elevado que isso traria razão a quem quer que fosse. Quanto ao assunto em cima da mesa, disse que era uma discussão técnica e que, se calhar, aquela bancada não tinha conhecimento técnico, à semelhança do que a bancada do PS não teria noutras áreas, por isso, é que recebiam o assunto, acompanhavam os trabalhos feitos e pediam a alguém com competência na matéria, e com certificação na matéria, que desse alguma ajuda para poderem debater o tema. Disse existirem vários entendimentos sobre a matéria e a única questão que poderiam fazer era quanto ao dia, se bem que na própria Comissão Europeia e também no normativo, na ficha técnica europeia, dizia que, sempre que possível, a aplicação fosse feita durante o dia, pela questão da fotossíntese. Relembrou que havia um produto extremamente químico, que este tinha sido eliminado, substituindo-se por um biológico, agora a colocação do produto não tem um horário específico, mas queriam ervas ou não queriam ervas e era essa a questão que também se deixava. -----

----- **O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse que tinham alguns recursos regimentais, naquele caso a defesa da honra, ou seja, se os Srs. Deputados entendiam que a sua honra tinha sido afetada de algum modo, reviam-se nessa figura regimental para a defesa da honra. Acrescentou que, na sua opinião, não houve nenhuma falta de respeito entre pessoas, houve um argumentário, começando logo pelo deputado Pedro

Pinto que falou no tom, nos tons envolvidos na discussão sobre o assunto em causa. Disse ser fundamental esclarecer à Assembleia Municipal que, em sede de representantes dos grupos municipais, havia sempre a questão da cordialidade e do respeito entre todos e não considerava que isso tivesse sido ultrapassado ali. -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** interveio e fez uma interpolação à Mesa: -----

----- “Eu creio que a defesa fica, de alguma forma, beliscada quando se diz que a pessoa não anda nas ruas, dando a intenção que quando se é deputado de cá, mas que também se vive cá, ou seja, poderão as linhas estarem um bocadinho ténues. Quanto àquilo que aconteceu no passado, creio eu que não é por nivelarmos por baixo que devemos manter por baixo, devemos sim elevar o nível. Acho que, é por isso que de quatro em quatro anos fazemos nova eleição e acho que é por isso que a entrada de novos membros também é profícua para os trabalhos, porque se calhar passamos a assumir determinados comportamentos como normais quando eles não o são.” -----

----- **O Deputado Luí Leal** usou da palavra para defesa da honra, dizendo que: -----

----- “Aquilo que nós vimos o Sr. Deputado Ricardo Rosa fazer foi, nada mais, nada menos, que um trabalho que um Deputado Municipal deve ter, que é o de fiscalizar a ação deste executivo. Vai fazê-lo sempre com rigor. Aquilo que o Sr. Deputado fez foi questionar o executivo sobre a metodologia usada, relativamente à aplicação daquele herbicida, se é que se chama assim ou não. Nós não somos técnicos, todos nós aqui temos legitimidade pelo povo para falar, para fiscalizar. Relativamente à metodologia adotada, que eu até achei bastante adequada, na medida em que discutiu ideias e não pessoas e já se ouviu de ambas as partes, mas nós queremos manter aqui o tom calmo, sereno e fiscalizar a ação do executivo, não quero ter discussões pessoais com os seus Deputados, quero fiscalizar a vossa ação. Nós estamos aqui é para isso, tudo aquilo que foi dito, até foi por alguém que tecnicamente está habilitado, à parte de ser Deputado Municipal, o Sr. Ricardo Rosa é certificado em muitas áreas que conflituam, de certa forma, com aquilo que alguns Deputados não são e, portanto, relativamente à honra do Grupo Municipal Partido Socialista, tenho a dizer que nós não estamos aqui para discutir pessoas, nós estamos aqui para discutir ideias e para fiscalizar toda e qualquer atividade do Município.” -----

----- **O Deputado Luís Vieira** interveio e disse que tinha cartão de aplicador e até alguma experiência naquela área. Informou que, para comprar herbicida com glifosato precisava de uma autorização especial para o fazer, enquanto que o herbicida biológico era de compra livre. Concluiu dizendo que não sabia que o herbicida tinha sabão, para as pessoas poderem escorregar, ou seja, era uma coisa que tinha ficado a saber naquele momento. -----

----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e disse que tinham que se focar naquele que era o resultado e, naquele caso, o resultado tinha sido muito bom, isto é, a Praia, felizmente, teve as suas ruas limpas, teve direito àquilo que era o seu cortejo de Natal e, por isso mesmo, era de lisonjear a atividade e o trabalho desenvolvido. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra para defesa da honra, dizendo que: -

----- “Por ser aplicador de produtos fitofarmacêuticos, eu gostava só de dizer que não há produtos biológicos e produtos químicos no leque de produtos fitofarmacêuticos. Há

produtos de uso profissional e produtos de uso não profissional e outros aspetos técnicos, quer da composição dos produtos, das regras de aplicação, de proteção, etc., quer em propriedades privadas, quer em zonas públicas, eu estou disponível para colaborar, até inclusivamente naquilo que puder ser útil para que não se façam confusões e se digam, muitas vezes, algumas asneiras sem conhecimento de causa e depois até que as pessoas fiquem confundidas com estas coisas, que é totalmente desnecessário. É uma pena que assim seja, demonstra, de certa maneira e infelizmente é essa a minha honra, o estado em que estamos relativamente a estas matérias. Talvez o apoio da Direção Regional dos Serviços Agrários fosse bom, nessa matéria, à Câmara Municipal.” -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** interveio para esclarecer, não só os Deputados, mas também as pessoas que assistiam em casa. Disse reconhecer a alteração do tom utilizado, entre o dia da entrevista ou o dia em que tudo tinha acontecido e o presente dia, notando-se que houve, da parte do Deputado Ricardo Rosa, alguma reflexão, até porque conseguia dizer que em vinte dias não havia a possibilidade de se ter conhecimento de tudo. Enquanto executivo, disse que assumiam a responsabilidade, para o bem e para o mal, depois de serem eleitos. Posto isso, disse reconhecerem que houve falhas em todo aquele processo, mas não lhe parecia que todo aquele alarmismo pudesse ser viável perante factos que já tiveram a oportunidade de discutir e que se calhar iam ser melhor explorados e identificados pelo Sr. Vice-Presidente, porque em momento algum a saúde pública tinha sido posta em causa. Disse ter havido uma falha de comunicação, não tinham comunicamos aquela aplicação e o local e horário em que ela foi aplicada, poderia ter sido alterado. Quanto a colocar em dúvida, porque era isso que tinha sido feito, colocar-se em dúvida aquilo que estava a ser aplicado, isso poderia ter sido discutido naquele órgão, que era o local certo para tirar dúvidas e o executivo prestar os devidos esclarecimentos. Concluiu dizendo que estavam ali para responder, para o bem e para o mal, assumiam a falha, mas o procedimento tinha de ser melhorado, mas também tinha de ser feito e tinha de ser com recurso a produtos que estavam devidamente licenciados para serem utilizados. -----

----- **O Vice-Presidente da Câmara Municipal**, respondendo ao Sr. Deputado Ricardo Rosa, disse que gostaria de começar por agradecer o facto de este ter trazido aquele assunto à Assembleia, até porque era mais uma oportunidade que lhe dava de poder explicar e esclarecer tudo o que se passou. De seguida, disse que registava com agrado que lhes tivesse dito que houve muita gente afetada por aquela situação, pois era um sinal de que a Rua de Jesus, ao contrário do que o Deputado dizia noutras circunstâncias, tinha muito movimento e muita gente a passar em dias de semana. Agradeceu o facto de o Deputado Ricardo Rosa ter moderado o seu tom e ter reconhecido que a responsabilidade não era integralmente sua, apesar de terem decorridos apenas vinte dias de mandato. Disse ter assumido a responsabilidade e que ia continuar a fazê-lo, que a responsabilidade assumida não tinha sido uma responsabilidade só daquele executivo, não só do executivo anterior, mas uma responsabilidade também do PS, porque aquele era um procedimento que já vinha sendo corrente há muitos anos na Praia da Vitória. Reconheceu que, nem todos os

procedimentos foram cumpridos integralmente, que havia pormenores e situações, elencadas pelo Sr. Deputado Ricardo Rosa, que reconhecia que deviam ter sido melhor exercidos durante a aplicação do produto. Disse que, não se podia levantar uma suspeita sobre o tipo de produto que estava a ser aplicado, quando este era um produto certificado e autorizado. Acrescentou que houve regras que foram cumpridas, como o uso da proteção individual, as dosagens, a aplicação, etc., ou seja, tudo aquilo tinha sido feito com rigor, mas havia outros procedimentos que tinham que ser melhorados. Informou que estavam a rever todos os procedimentos internos para resolver o problema em causa, mas tinham que tomar medidas, tinham um problema de infestantes e esse problema tinha que ser resolvido. Informou, ainda, que estavam a fazer uma consulta ao mercado para perceber se seria mais viável recorrer a serviços externos para fazer aquele tipo de aplicação. Respondendo diretamente ao Deputado Ricardo Rosa, disse que este tinha tido uma oportunidade brilhante de poder acabar com a situação, isto é, bastava ter-lhe telefonado e, imediatamente, tinham acabado com a aplicação.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra e disse que a Praia da Vitória tinha problemas de infestantes como todos os municípios do país e a legislação nacional, para o combate a esses infestantes, estava regulada e devia ser cumprida. Acrescentou que, as suas intervenções como cidadão, na rua sobre determinadas matérias, eram como tal, sendo que as suas intervenções, ou o seu papel/funções como Deputado Municipal, eram como Deputado Municipal. Reforçou que o que se passou foi grave demais e não valia a pena estar a discutir o sexo dos anjos, porque o que estava ali em causa eram questões técnicas. Informou que também tinha feito as suas consultas, que sabia muito bem do que estava a falar, não se tratava de substâncias biológicas ou orgânica e não podia ser feito daquela maneira. Concluiu informando que ia dar seguimento ao assunto em discussão com os requerimentos feitos à Câmara Municipal, para os quais agradecia resposta. -----

----- **O Vice-Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse que o executivo, se a Sra. Presidente assim o entendesse, também poderia fazer chegar à Mesa um esclarecimento técnico da Direção Geral da Agricultura e Veterinária, datado de vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, precisamente o dia seguinte à última aplicação do produto feita na Praia da Vitória, sendo que, imediatamente a partir dessa data, tinham suspenso a mesma. Informou que o referido esclarecimento técnico, se deveu à aplicação daquele tipo de produto ter gerado algumas dúvidas, do ponto de vista técnico, sobre a forma que vinha sendo aplicado, não só na Praia da Vitória, mas em todo o país. Concluiu dizendo que, como o devido esclarecimento tinha chegado no dia seguinte ao dia da aplicação, por isso, não podia ter conhecimento do seu conteúdo, nem os funcionários camarários.-----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que, relativamente ao futuro terminal de contentores, e não eram contra o investimento, contra a criação de postos de trabalho, contra a viabilidade de um projeto estratégico, a estratégia de um investimento que se considerava que viesse a ser relevante para a Praia da Vitória, entendiam que merecia que as pessoas soubessem, com a devida antecedência, quando um tipo de obras podia vir a impactar nas suas vidas e era nessa senda que se faziam as seguintes

questões, cruzando as mesmas com o PDM, ou seja, quando é que o PDM ia estar disponível para consulta, sem prejuízo do pedido de entrada que já deu na Associação de Municípios da Região Autónoma de Açores para que fosse prorrogado por mais um ano. Ainda relativamente ao parque de contentores, em matéria de trânsito/mobilidade, questionou o que estava salvaguardado e, na perspetiva visual e até ambiental, se estava previsto algum tipo de camuflagem ambiental.-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não teve que fazer um favor a ninguém, independentemente do grupo que estava a fazer o investimento referido, pois isso só tinha acontecido se a tivessem persuadido a fazer algo contra a lei, coisa que não tinha acontecido. Acrescentou que, alguém reconheceu todo aquele projeto como sendo um projeto de interesse público e, por isso, entendeu fazer o levantamento da reserva agrícola, porque não o fazendo nunca teria sido licenciado.

— Informou que a avaliação, face à dimensão que o empreendimento em causa obrigava, levou a que se fizesse uma exposição ao Governo Regional, comprovando que seria um projeto de interesse público para que fosse levantada a reserva agrícola e, perante esse levantamento, tudo o que tinha sido entregue na Câmara tinha sido licenciado perante a lei. Referiu que, não tinham como se manifestar contra, quando todos os parceiros que acompanhavam projetos daquela natureza eram viáveis, confessou que, perante a atividade que ali ia decorrer, internamente levantaram-se algumas preocupações, como por exemplo, as questões de trânsito, sendo que percebiam que aquela localização era viável para uma empresa daquela natureza, por ter proximidade ao porto e à via Vitorino Nemésio, mas não deixava de ser geradora de constrangimentos a entrada e saída de viaturas de grande porte, por aquela ser uma zona muito movimentada. Em relação ao impacto visual, informou que o projeto era acompanhado de um projeto de arborização no sentido de minimizar algum desse impacto. Acrescentou que, perante aqueles que eram os dados que permitiam barrar ou não um empreendimento daquela natureza, não tinham como fazê-lo, nem naquele, nem noutra sítio, uma vez que todas as entidades que eram consultadas atestavam a viabilidade, o Município não tinha como barrar um projeto de interesse público que ia ser gerador de economia, gerador de aproximadamente trinta postos de trabalho. Em relação ao PDM, disse que independentemente de ter sido feito o pedido de prorrogação ao Governo Regional, o Município da Praia da Vitória tinha os seus trabalhos adiantados e estavam a diligenciar tudo para que pudessem fazer ou colocar em consulta pública até ao final do ano, mas infelizmente não estava na dependência do Município, não era por impedimento do Município, mas sim das entidades externas que davam apoio e que infelizmente não conseguiam apresentar o ponto de situação para que ele pudesse ser colocado em consulta pública. Confessou que aquele era um trabalho muito duro, muito minucioso, que obrigava a um trabalho técnico de extrema dedicação. Informou que, desde o início que começaram a trabalhar o PDM no Município da Praia da Vitória, alocaram uma equipa técnica só para trabalhar o PDM e estar devidamente ligada à equipa que dava apoio externo, porque tinham a noção de que não possuíam condição interna de o fazer autonomamente. Concluiu informando que, o que havia a entregar à empresa estava entregue, para que fosse feita toda a compilação, passando por uma revisão e fazerem a

reunião, a que se tinham comprometido, com todos os Presidentes de Junta para depois ser colocada a consulta pública.-----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** interveio e disse que, relativamente ao investimento em apreço, este vinha sendo motivo de muitas conversas, de muitas discussões e muitos debates e também preocupava a bancada do PSD, na medida em que correspondia a um impacto visual considerável, que nem tinham ainda bem a ideia de qual ia ser, e também pelas questões de segurança devido ao trânsito que ia ser ali criado. Continuou dizendo que, sendo um projeto de interesse público, a Câmara não tinha como travar aquela situação. Disse terem todos conhecimento de que a Câmara tudo fez para perceber o impacto que isso iria ter, mas na verdade também não tinham interesse em travar o que era investimento, mas ainda que o tivessem não o poderiam fazer. Concluiu dizendo que havia outros mecanismos que podiam ser utilizados, até pelos próprios elementos das bancadas, se assim o entendessem, bem como pelas pessoas de forma particular, para podem travar ou perceber melhor o que ia acontecer e tentar minimizar os impactos desses projetos. -----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e esclareceu que quando falou em valor tinha sido numa lógica política, que quem decidiu, quem deliberou a suspensão tinha sido o Conselho de Governo, por isso, alguém no Conselho de Governo deve ter entendido que isto seria estratégico. Acrescentou que, não eram contra o investimento, nem contra a constituição de postos de trabalho e sabiam exatamente os meios que existiam ao dispor dos deputados para reagir relativamente a um investimento daqueles, como qualquer cidadão, grupo de cidadãos ou até associações, no âmbito do código do processo e dos tribunais administrativos, mas havia algo que devia ser bastante sublinhado e devia ficar claro, isto é, o que era considerado estratégico para o Governo Regional podia não ser para a Câmara Municipal, aquilo que eram pareceres obrigatórios e vinculativos vinculam a deliberação ou decisão administrativa, aquilo que eram pareceres obrigatórios e não vinculativos não vinculam a decisão administrativa. Posto isso, questionou se o Município tinha visto locais alternativos. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse conseguir subscrever quase todas as preocupações enumeradas pelo Deputado Luís Leal, do ponto de vista pessoal, bem como preocupações relacionadas com outros investimentos já feitos, conseguia olhar para a paisagem da Praia e perceber que muitos desses investimentos e muitas dessas construções não eram o que melhor protegia o ambiente, a vista ou a paisagem, mas tinha alguma dificuldade em perceber se a sua posição pessoal e o seu descontentamento, puramente estético, resolvia os outros problemas todos, nomeadamente a necessidade de criação de postos de trabalho, a necessidade de dinamização da economia. Disse achar que a Câmara dificilmente poderia ter feito mais, sob pena de terem outros setores da sociedade a reclamar porque os investimentos não tinham sido feitos. Concluiu dizendo que não havia, da parte da Câmara, falha, pelo menos não a tinha encontrado, e tinham que encontrar o equilíbrio, entre o que era bom para a economia, o que era bom para a natureza e para a sua vista, pois preferia que não existisse nada daquilo. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu dizendo que o Município não fazia prospeção de mercado, que não acompanhou, nem aquela, nem nenhuma outra empresa, a avaliar os terrenos que lhe seriam viáveis, perante aquilo que pretendia instalar na Praia da Vitória. Posto isso, e na sequência daquilo que o Deputado Luís Leal defendida, mesmo quando dizia que não era contra o investimento, questionou onde este teria sugerido à empresa em causa construir, avaliar que terrenos é que estariam à venda naquela data, para que esta pudesse investir todos aqueles milhões no Concelho da Praia da Vitória e ter toda aquela possibilidade de desenvolver uma empresa, criar postos de trabalho e ativar a economia do Concelho.-----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse referir-se à captação de investimento, inclusive de quem deliberou que era estratégico, pois havia departamentos governamentais que acompanhavam potenciais investidores. Realçou que, a Sra. Presidente tinha respondido à sua questão dizendo que não ajudaram e, portanto, não contribuíram para que houvesse uma alternativa à existente. Disse perceber a perspetiva neoliberal de querer que os privados fizessem tudo o que queriam, do princípio ao fim, sem qualquer tipo de ajuda da parte do público, relativamente àquilo que podia ser uma gestão e ordenamento do território, mas aquilo que tinha dito não tinha sido nada daquilo que foi respondido. Concluiu dizendo parecer-lhe de bom senso que qualquer potencial investidor, à semelhança do resto do país, pudesse ser acompanhado, auxiliado na decisão estratégica, até de quem qualificou como estratégico e era isto que queria saber e que não aconteceu.-----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** interveio e disse que, às vezes só passado algum tempo é que se tinha a real noção do impacto das coisas e lembrou o projeto executado no espaço onde era anteriormente o Belchior Ribeiro, um armazém de grandes dimensões que certamente na altura a Câmara também equacionou e devia ter viabilizado pelo facto de achar que correspondia a um impacto significativo na economia da Praia. Posto isso, disse não ter ideia, nem da parte da Junta de Freguesia, nem da bancada do PS, de ter havido qualquer oposição ou qualquer alerta quanto ao impacto visual, porque o tinha tal como punha em causa a segurança porque tinha uma entrada/saída em plena via pública e em estradas com bastante movimento. Concluiu dizendo não se lembrar na altura de ter havido essa movimentação, talvez por compreenderem que correspondia a um investimento importante para a Praia.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, numa primeira palavra de enquadramento sobre o investimento, não gostavam, que achavam que aqueles terrenos teriam melhor aproveitamento, por exemplo, para uma área residencial, mas assim não o era. Lembrou que a Sra. Presidente já havia garantido que não tinha sido violada nenhuma lei, o que significava que se os terrenos estavam à venda, alguém interessado e com dinheiro os comprou e apresentou ao Governo um projeto de investimento que, cumprindo as regras, foi avaliado e foi-lhe atribuída uma caracterização especial, permitindo fazer aquela obra, independentemente de terem ou não PDM e do que este dizia, portanto, era o que era. Quanto à última intervenção do Deputado Luís Leal, sobre a visão neoliberal, disse que se cumprir as leis ou se não violar as leis era ser neoliberal, isso só levava a concluir que se continuassem a ter uma Câmara Socialista, significaria

que continuavam a ter um Município atrasado, em que só alguns é que teriam apoio para investir, que continuariam a ter todas as “Praias” que já tinham tido e as sociedades todas de desenvolvimento da Praia a continuar a acumular dívida e, portanto, se o Deputado Luís Leal considerava que não violar as leis era uma visão neoliberal a sua alternativa socialista era bem mais sinistra, por isso, antes o neoliberalismo do que o socialismo. -----

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e disse que, aquilo que foi criado relativamente à premissa do neoliberalismo foi uma verdadeira falácia, porque quando se referiu a este foi no sentido de que o público tinha que ajudar o privado, nem que fosse na antecipação da gestão pública. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **O Presidente da Mesa**, eram doze horas e quarenta minutos, interveio e propôs que se fizesse um intervalo, para o almoço, o qual foi aceite. -----

----- Pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos reiniciaram-se os trabalhos. -----

----- **3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA E REVISÃO N.º 3 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA DE 2025.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio e questionou o que se passava com: -----

----- 1ª Questão - o projeto doze zero zero um – Aquisição de material de proteção civil, onde tinha sido reduzido a zero a dotação; -----

----- 2ª Questão - o Parque Empresarial das Lajes, que também vinha como um valor quase insignificante, significando que não tinha execução naquele ano e também daquilo que tinha percebido, tinha financiamentos da Comunidade Europeia, logo teriam as condições para avançar. -----

----- **O Deputado Luís Silveira** usou da palavra e disse quererem realçar algumas questões, nomeadamente a descabimentação, numa fase que se via necessária, no valor de cinco milhões de euros, uma vez que o PS vinha a alertar que seria um orçamento extrapolado ou empolado numa altura de eleições que poderia transmitir a ideia de alguma demagogia política, por isso, gostariam de salientar que o orçamento inicial tinha passado dos vinte e quatro milhões, para perto dos vinte milhões de euros. De seguida, disse, uma vez que a receita diminuiu naquele orçamento, aproximadamente vinte por cento, ser importante perceberem ao certo quais as implicações que se iriam manifestar e refletir no concelho da Praia da Vitória. Na sequência disso, destacou a reabilitação, ou não, pela candidatura não ter sido aprovada das vinte habitações do bairro velho da Serra de Santiago, Vila das Lajes, um valor aproximadamente de dois milhões, e questionou se não consideravam pertinente que no futuro a aplicação direta fosse refletida naquilo que era partilhado com toda a gente, pois a priori não conseguiam perceber, do documento partilhado, a que se referia, mas sim depois de alguma informação que lhes chegou. Questionou, ainda, se não consideravam a

reabilitação das moradias, ou do parque habitacional no seu todo, estratégico para a Praia, como várias vezes tinham apregoado. Posto isto, disse emergir a sensação de que, ou não havia um esforço de aporte de transparência apresentando a informação de forma completa, organizada e inteligível ou, pelo menos, naquelas matérias, uma vez que não se conseguia executar aquilo a que se tinham comprometido inicialmente e não retificando as Grandes Opções do Plano, os índices seriam ainda inferiores àqueles que seriam no final e era inevitável reiterar a necessidade de detalhe e fundamentação adicional em concreto, para que todos os intervenientes pudessem exercer os seus deveres de forma diligente e informada. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que a Lei setenta e três, de dois mil e treze estabelecia uma série de princípios e orientações para a gestão financeira das câmaras e das autarquias locais. Acrescentou que os orçamentos eram conjuntos de intenções onde os executivos das câmaras planificavam o que pretendiam executar. Referiu que o artigo sete, da referida lei, dizia que tinha que haver transparência e essa transparência significava também que quando se orçamentava e não se executava, devia haver uma retificação para que as contas do executado fossem as mais próximas possíveis do realizado. Disse ter a certeza, que as candidaturas permaneciam e seriam executadas logo que possível, possivelmente para o próximo ano. Concluiu dizendo haver uma clara vontade de demonstrar que se não se conseguiu executar, havia que desorçamentar para que as contas não penalizassem o Município. -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** usou da palavra e disse que, se o orçamento podia ser extrapolado, aumentado, derivado à questão em que se encontravam num ano de eleições autárquicas, carecia de esclarecer que se tivesse o PS, em junho de dois mil e vinte e um, apresentado candidatura ao PRR, não teria a Sra. Presidente que, no âmbito da sua reprogramação, ter que ter um aumento tão significativo de investimentos, ou seja, ele tinha sido diluído no tempo e não concentrado apenas numa janela de oportunidades. Por outro lado, disse que também carecia de olhar para o orçamento como um instrumento financeiro, isto é, se em novembro/dezembro de dois mil e vinte e quatro a Câmara tinha que apresentar um orçamento para dois mil e vinte e cinco, sabendo que as candidaturas ao PRR seriam no decorrer desse ano, a dotação teria que estar prevista no Plano de dois mil e vinte e cinco, sendo que, e como recomendava a DGAL, se a dotação não fosse executada, ela devia ser revista no seu lugar. Posto isso, esclareceu que o que a Sra. Presidente vinha dizer era que não foi executado então cabimentavam, que para despachar e autorizar, teria que estar devidamente cabimentado, foi submetida a candidatura, sendo que esta, por um lado, no que era matéria de habitação, transitou para o Primeiro Direito, aquela que não teve lugar, foi recusada e sendo recusada, aquele era o lugar onde se devia fazer a correção do orçamento. Informou que o CDS concordava com a Sra. Presidente, quando esta trazia à Assembleia aquela revisão, pois se queriam transparência, deviam rever aquele que era o instrumento financeiro, para que ele fosse claro. Concluiu dizendo que, passar de vinte e quatro milhões para vinte milhões era tão simples quanto isso, em vinte e um deviam ter feito um conjunto de inscrições ao PRR e não o tinham feito. -----

----- **O Deputado Luís Silveira** interveio e disse que o que se passou, bem ou mal, passou e questionou quando é que podiam ultrapassar aquela questão para pensar no futuro. Concordou com a questão de que era naquela Assembleia que se traziam os assuntos, mas que não sabia se a quinze dias do final do ano seria a altura para perceberem ou saberem que não seria executado, que talvez já o sabiam há mais tempo. De seguida, relembrou a questão, ainda por responder, se não consideravam o Parque Habitacional um eixo estratégico. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção, respondendo à Deputada Hélia Cardoso, dizendo que não retiraram as candidaturas em causa, estas estavam ainda a carecer de apreciação, por parte da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, ainda não estavam aprovadas, mas também não estavam chumbadas, o que significava que iam transitar e o que se previa era que pudessem ser validadas e executadas, até porque entendiam que elas continuavam a ser uma prioridade para o Concelho. Relativamente às intervenções do Deputado Luís Silveira, disse que aquele era um orçamento realista, tal como o de dois mil e vinte cinco tinha sido, ou seja, ele tinha sido tudo menos eleitoralista. Relembrou que tinha sido um orçamento que refletiu a abertura de um quadro comunitário em que o Município, de forma organizada, preparou e submeteu candidaturas, por isso, mal seria se estivessem ali a discutir a ausência de inscrições em orçamento que garantissem acesso a fundos comunitários. Posto isso, esclareceu que o que estava ali a expor era exatamente a transição que precisavam fazer, no âmbito da habitação, de uma candidatura ao PRR que se alterava para Primeiro Direito e a ausência de resposta por parte dos fundos estruturais relativamente a estas candidaturas que não estavam aprovadas, sendo que aquelas que efetivamente não tinham sido aprovadas já sabiam que não podiam contar com elas, mas aquelas ainda estavam em apreciação. Informou que pretendiam, no início do ano, reunir com a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais para perceber o ponto de situação das mesmas, pois entendiam que elas continuavam a ser essenciais para o Concelho. Relativamente à transição em causa e quando era questionada se entendiam que o investimento na habitação continuava a ser essencial, respondeu que sim e, por isso mesmo, tinham tido a oportunidade de estar, na semana passada, na Secretaria de Estado e reunir com a Sra. Secretária de Estado e com o Presidente do IHRU, para perceber o real ponto de situação daquela matéria. Informou, igualmente, que na transição do PRR para o Primeiro Direito conseguiam garantir um financiamento a sessenta por cento, com a possibilidade de quarenta por cento ser participado através de financiamento, que poderia ser com recurso à banca, mas aquilo que lhes garantiam era, pelo menos, um financiamento de sessenta por cento e era isso que queriam. Disse saberem o quanto o parque habitacional carecia de investimento, que continuavam a trabalhar na legalização de outros bairros sociais que pertenciam ao Município e que ainda poderiam vir a ser canalizados para aquela candidatura. Relativamente aos beneficiários diretos, disse ter sido outra questão levantada e que era de grande preocupação, pois tinham muitas pessoas que viram uma possibilidade, naquelas candidaturas, de poderem reabilitar as suas habitações e estas pessoas estavam todas sem resposta. Informou que o IRU reconhecia que, por diversos

fatores, não vinha tendo a proximidade com os municípios, numa resposta clara, para que estes pudessem dar segurança às pessoas e que o que tinha ficado subentendido na referida reunião era que tinham de dar, por escrito, uma resposta que garantisse, não só o financiamento ou o valor de comparticipação ao Município, mas também a esses beneficiários diretos para que o Município, de forma franca e clara, pudesse sentar-se com essas pessoas, avaliar a situação delas e perceber se elas teriam condições para prosseguir com as candidaturas, face ao valor mais reduzido de financiamento, que passava dos cem por cento do PRR, para sessenta por cento, ao abrigo do Primeiro Direito. Pese embora, da parte Municipal, podiam garantir o financiamento dos restantes quarenta por cento por acesso a financiamento. Informou que a negociação ainda estava a ser feita com a entidade bancária e, portanto, a Secretaria de Estado ainda não podia dar o feedback de com qual a entidade bancária é que deviam negociar. Confessou que se não procedessem daquela forma estariam, de alguma forma, a deturpar um orçamento que obrigatoriamente, naquela componente de adaptação, teria mesmo de ser alterado. Repetiu que estavam a alterar o programa, deixava de ser PRR para Primeiro Direito, as condições eram diferenciadas e, portanto, tinham que olhar para isso e trabalhar com outro tipo de transparência, por isso, estavam a apresentar aquilo que entendiam que era a linha de trabalho daquele executivo. Relembrou que tinham garantido, em dezembro do ano passado, candidaturas para poderem obter o máximo de financiamento, que aquelas que obtiveram resposta favorável continuavam no orçamento, sendo que as que não tinham resposta iam transitar. Referiu que iam canalizar todos os valores que estavam inscritos para outras situações que entendiam ser prioritárias. Concluiu dizendo que aquilo era o cumprimento integral da lei, mas era também trabalhar com transparência e confessou que, para dois mil e vinte e seis, estavam muito esperançosos relativamente àquela que era a proposta do parque empresarial ou até mesmo a candidatura que tinha sido submetida à Proteção Civil e que envolvia valores bastante representativos. -----

----- **O Deputado Luís Silveira** interveio e realçou que, naquele momento, era a terceira revisão orçamental que era feita, por isso, perguntou se a Câmara Municipal da Praia da Vitória não poderia beneficiar de algum apoio, de algum departamento especializado, de alguns técnicos que o conseguissem fazer, porque se não descabimentaram até à data, significava que acreditavam que até ao final ou que até àquele momento conseguiam executar. Questionou, ainda, se era por falta de competência, por falta de departamento ou por falta de gabinete e disse gostar de ser esclarecido, relativamente a esse assunto, porque por vezes recorrer à ajuda externa era só bem-vindo, não representava grandes custos para o Município e acelerava o processo. Relativamente ao valor, referido pela Sra. Presidente, dos quarenta por cento, questionou se este, que eventualmente ia ser financiado no futuro, não cobrava e ainda restava metade da ajuda que poderia ser solicitada. -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** usou da palavra e disse que quando falavam, naquele órgão, em incompetência técnica, não se podiam esquecer que os relatórios e as candidaturas eram feitos por técnicos da Autarquia, não de hoje mas quase todos de sempre, ou seja, o que estava ali em causa, e queria acreditar que não queriam de forma

alguma pôr a tónica sobre os técnicos da instituição, podiam era não conhecer a fundo aquele que era o projeto PRR. De seguida, explicou que o PRR propunha um conjunto de medidas para a sua candidatura e enumerou as mesmas. Informou, depois, que na passada sexta-feira tinha sido publicado o último relatório de reprogramação do PRR, dando nota a setembro e outubro de dois mil e vinte cinco, o que significava que até ao final do ano aquelas candidaturas ainda podiam ser revistas, elas ainda estavam a decorrer. Disse parecer-lhe que havia algum desconhecimento sobre o investimento cofinanciado PRR, o que convinha aprofundar. Concluiu dizendo que a Sra. Presidente, naquele momento, estava em condições de fazer a revisão, uma vez que, mesmo a ser aprovada, a dotação financeira disponível não seria gasta no ano corrente vinte e cinco, teria que, à partida, ou transitar para vinte e seis, ou simplesmente suspender a sua ação financeira, porque ela não ia ter execução. -----

----- **O Deputado Luís Silveira** interveio para esclarecer que nunca foi colocada em causa a competência dos técnicos da Câmara e, por mais competente que fosse, podia sempre recorrer a alguma ajuda que lhe permitisse chegar ao objetivo final. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra e disse que era importante clarificar que, até podia não ter sido essa a intenção do Deputado Luís Silveira, mas era isso que tinha acabado por dizer, os técnicos camarários trabalharam muito para se conseguir submeter todas as candidaturas submetidas, apesar de terem noção que estes nem sempre estavam habilitados para garantir todas as áreas às quais submetiam candidaturas e, por isso, era também importante que ficasse claro que, relativamente às duas candidaturas questionadas pela Deputada Hélia Cardoso, estas estavam a aguardar apreciação por parte da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, não era por falta de trabalho técnico. Relativamente ao PRR, informou que não tinham conseguido ficar dentro daquelas que tinham sido as primeiras avaliações, por não terem tido capacidade financeira para começar a executar e ganhar maturidade nas candidaturas. Confessou que aquele foi um dos fatores que os prejudicou, mas que, mesmo assim, não tinham deixado de efetivar as candidaturas, com os valores que se conseguiu comprometer, inclusivamente tinham adquirido algumas habitações, que estavam devidamente candidatas para aquisição e reabilitação, mas ainda não tinham recebido um euro. Informou que ia aguardar o feedback, por parte da Secretaria de Estado e do IHRU e, mediante essas respostas, porque a partir daí teriam outra segurança, a capacidade de inscrever no Orçamento e poder começar a diligenciar uma série de trabalhos com outra garantia, iria informar. Concluiu dizendo que uma coisa ficava ali provada, ou seja, que até ao final do ano de dois mil e vinte e cinco não teriam capacidade de execução porque também não tinham resposta. -----

----- **O Deputado Marcos Fagundes** interveio e disse achar que todos os presentes queriam olhar para o futuro e não continuar no passado, mas o problema era que continuavam a colher os frutos de más decisões tomadas no passado e isso não ia terminar em breve, ia continuar na próxima década, por isso, era inevitável que continuassem a falar do passado que existiu na Praia da Vitória. Em relação à revisão do Orçamento, disse que era uma questão técnica, que tinha que ver com a cabimentação.

Por fim, salientou e elogiou a transparência que estava a ser feita na questão do Orçamento.-----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Catorze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos; -----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Treze abstenções do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima. -----

----- **4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2025 DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E RESPETIVO ANEXO.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** colocou duas questões, a nível da execução orçamental de duas rubricas: -----

----- **1ª Questão** - impostos diretos, disse que estava com uma execução de trinta e cinco por cento, o que não era controlável pela entidade camarária, porque tinha que ver com a cobrança de impostos, ainda por cima sendo o IMI essencialmente pago mais no segundo semestre do que no primeiro, percebia que tinha que ver com isso;-----

----- **2ª Questão** - rendimentos de propriedade, deduzia que fosse a cobrança de rendas pela Câmara, se não o fosse pedia uma explicação, uma vez que estava com uma taxa de execução relativamente baixa. -----

----- **O Deputado Luís Silveira** colocou duas questões: -----

----- **1ª Questão** – após dar nota do parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas e pela Sociedade, relativamente ao assunto em discussão, questionou se este carecia do devido cuidado e análise, uma vez que podia comprometer os valores apresentados;-----

----- **2ª Questão** – gostariam de ser elucidados relativamente ao balanço apresentado, nomeadamente outras contas a pagar do final do ano dois mil e vinte e quatro para trinta do seis de dois mil e vinte e cinco, tinham um aumento de aproximadamente trezentos e quase cinquenta por cento, passando de oitocentos e trinta e três mil euros para dois milhões e oitocentos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção, dirigindo-se à Deputada Hélia Cardoso respondendo que: -----

----- 1ª Questão - o reflexo dos impostos era maior a partir de janeiro e, portanto, havia ali um valor que acabava por não estar refletido e por isso a execução parecia mais baixa, sendo que no segundo semestre ia refletir-se com outra expressão. -----

----- 2ª Questão - relativamente a recebimentos, disse prender-se com a situação de valores que recebiam da EDA e que também não se refletiam naquele momento e que no próximo semestre também teriam uma expressão diferenciada, naquele caso aumentava. Em relação às questões do Deputado Luís Silveira, respondeu que:-----

----- 1ª Questão – aquele era sempre o discurso utilizado pelo ROC, pois era a forma que aquela entidade tinha de se defender de alguma situação que pudesse não estar transposta nalgum documento ou que ainda pudesse entroncar nalguns valores ou nalgumas transações que pudessem não ter sido validadas por ela. Mencionou que podiam dizer que colocava em causa alguma situação que o Município não facultasse, mas isso não correspondia à verdade, pois tudo o que era necessário para que eles fazerem a sua avaliação era devidamente exposto. Informou que, em termos, por exemplo, patrimoniais era difícil eles puderem ter essa avaliação feita ao Euro e, portanto, havia sempre a forma de estas reservas deixarem uma abertura para alguma situação que pudesse ter fugido à avaliação feita.-----

----- 2ª Questão - refletia toda a atividade da Cooperativa Praia Cultural que transitou para o Município, ou seja, eram os efeitos da internalização a refletirem-se nas contas municipais. Concluiu dizendo ser importante ficar, mais uma vez, claro que aquela foi uma decisão que tinha que ser tomada, era uma atividade gerida pelo Município e logo estava transposta nas contas deste. -----

----- **O Deputado Luís Silveira** interveio e disse que estavam a falar de uma revisão de contas semestral e não de um orçamento, ou seja, naquele caso ou existe ou não existe reserva. Disse perceber o que lhe tinha sido dito, mas num relatório, apresentado por um Revisor Oficial de Contas, não existindo reservas ele não as apresentava, existindo reservas ele apresentava-as.-----

----- **O Deputado Marcos Fagundes** usou da palavra e disse que, em relação ao parecer do fiscal único e à reserva mencionada, a Sra. Presidente já tinha mencionado o motivo principal da existência da mesma. Informou que, o trabalho do revisor oficial de contas era feito por amostragem e o que acontecia era que nos últimos dois/três anos tinha existido muita coisa a ser alterada no Município, inclusive a internalização da empresa Municipal, em que era preciso vários anos para que ele se sentisse confiante para apresentar um parecer totalmente viável, sem mencionar aquela reserva. Acrescentou que funcionava quase como uma proteção para o revisor, porque ele não conseguia, de forma clara, em curto espaço de tempo, apreciar todo o património e toda a envolvência que o Município tinha. Posto isso, disse achar que era um parecer positivo, derivado da situação que houve e que o que era preciso era que a Câmara, o Município e todas as estruturas municipais transmitissem toda a informação solicitada e que fossem o mais transparentes possíveis. Em relação às contas do primeiro semestre, os primeiros seis meses do ano, referiu ser de salientar uma grande evolução de dois mil e vinte e quatro para dois mil e vinte e cinco, nomeadamente o resultado positivo que demonstrava que as alterações que estavam a ser tomadas estavam a dar resultado e iam

permitir ao Município ter folga orçamental para conseguir resolver e abraçar projetos que até à data não iam conseguir fazer.-----

-----**A Deputada Hélia Cardoso** interveio e questionou, voltando à rúbrica dos rendimentos de propriedade, que pelo que tinha percebido, era cobrado os direitos de passagem, da EDA e das empresas de telecomunicação, se era só isso que tinha naquela rúbrica e qual era o peso dos direitos de passagem na mesma.-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquela era uma percentagem que votavam anualmente e que depois se refletia em valores. Informou que não tinha o valor correto, que tinha de pedir que lhe vissem o mesmo. Adiantou que, o que iam propor, no decorrer daquela Assembleia, era que se mantivesse nos zero ponto vinte e cinco. Referiu que aquela era uma questão muito técnica e que, perante o acolhimento que aquelas rúbricas tinham, a informação que possuía era relativamente à EDA, que era quem tinha uma expressão mais representativa, ou seja, era sempre um valor acima dos quatrocentos mil euros. Alertou que era uma média que depois poderiam ter alguma alteração, mas trabalhavam sempre com a média do ano anterior.---

-----**A Deputada Hélia Cardoso** interveio para esclarecer que o objetivo da sua insistência tinha que ver com o facto de haver a possibilidade de rendas em atraso, ou seja, se a Câmara estava a lidar com dificuldades financeiras e depois não estar a fazer a eficiente cobrança das suas receitas.-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** complementou a sua anterior intervenção dizendo que além da EDA tinham as telecomunicações, que estas tinham uma expressão mais pequena e, por isso, o valor mais expressivo era referente à EDA.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----**5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2025 DA PRAIA AMBIENTE, EM.**-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

-----**O Deputado Luís Silveira** interveio para reforçar aquilo que foi reforçado no ponto anterior, nomeadamente no respeitante à reserva e ao ênfase dado pelo parecer de quem tinha feito aquele parecer e alertar o executivo que, sendo uma entidade Municipal, resultados negativos ao longo de vários anos podiam comprometer o bom funcionamento da empresa Municipal.-----

-----**O Deputado Marcos Fagundes** usou da palavra e disse que o resultado negativo, dos primeiros seis meses da Praia Ambiente, se deveu, em parte, ao aumento dos funcionários, ao custo comercial e a algumas avarias, mas também queria referir que o ponto seis, da ordem de trabalhos, justificava e ia corrigir um dos motivos do resultado negativo, que tinha que ver com a tarifa social, ou seja, o reforço aplicado no referido ponto ia reforçar as verbas, a faturação da Praia Ambiente e ia resolver, em parte, a questão do resultado negativo.-----

-----**A Deputada Hélia Cardoso** interveio e questionou, a de nível de despesas com pessoal que cresceu treze por cento, se houve reclassificações de carreiras, porque o aumento salarial acompanhava a relação e os treze por cento estavam bastante acima dos dois por cento.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que sim, que tiveram que cumprir, perante a lei, com os aumentos salariais anuais, que tiveram um custo com horas extraordinárias, relativas ao volume de avarias e com a contratação de mais seis funcionários para reforçar a atividade do verão.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.**-----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADENDA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA N.º 38/GERAL/2024 CELEBRADO COM A PRAIA AMBIENTE, EM., TARIFA SOCIAL 2025.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio e colocou duas questões:-----

----- 1ª Questão – se a fórmula utilizada para enquadrar as famílias que eram abrangidas, estava em legislação própria;-----

----- 2ª Questão - especificamente em que consistia esse apoio, qual era a redução do preço para essas famílias.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que:-----

----- 1ª Questão – efetivamente existia uma lei que previa a atribuição da tarifa social, mas aquela era uma decisão Municipal. Informou que, houve uma atualização da lei em causa, no decorrer daquele ano e, por isso, aquilo que tinham detetado tinha sido um aumento de famílias a beneficiar da tarifa, daí o reflexo nas contas.-----

----- 2ª Questão - tinham vários escalões, consoante o número de dependentes, ou seja, o primeiro, o segundo e o terceiro escalão, acabando por ter um reflexo de zero ponto quarenta e cinco centavos de desconto nos metros cúbicos de água no primeiro escalão, no segundo zero ponto setenta e cinco e no terceiro escalão um ponto cinco. Informou que havia uma tarifa fixa para os domésticos e a diferenciação da tarifa social nos vários escalões, com beneficiação para as famílias numerosas. Concluiu dizendo que, o Município ia continuar a esforçar-se para que esse valor pudesse ficar no bolso das famílias e, com toda a responsabilidade, assumiriam o mesmo para que não houvesse, de forma nenhuma, o prejudicar da empresa que prestava o serviço, naquele caso a Praia Ambiente.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida.-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Catorze abstenções, nomeadamente:**-----

----- **Treze do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Uma do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso.-----

----- **7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS RELATIVO AO 2.º TRIMESTRE DE 2025 DA TERAMB, EM.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.**-----

----- **8. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2025 DA TERAMB, EM.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.**-----

----- **9. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2026.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 4% NO IRS RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DE 2026.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** iniciou a sua intervenção dizendo que muito lhes agradava verificar que o executivo camarário decidiu manter a devolução de um por cento na taxa variável do IRS, uma medida tomada no último orçamento e que refletia um caminho de equilíbrio das contas públicas municipais. Lembrou que, a primeira medida tomada, após vencerem as eleições em dois mil e vinte, logo no primeiro orçamento, tinha sido baixar os impostos nos Açores, o que significava que com a direita, geralmente apelidada de serem os maus, os impostos eram mais baixos e que com os bonzinhos da esquerda, eram sempre mais elevados. Disse pretenderem uma sociedade organizada, com impostos mais baixos, porque impostos mais baixos significava mais dinheiro nas famílias, mais dinheiro nas empresas para poderem ser mais autossuficientes e poderem tomar mais e melhores decisões em relação à sua vida. Continuou a sua intervenção dizendo que muito lhes aprazia verificar aquele caminho, que não era um caminho fácil, devido à herança deixada, mas já tinha sido feito um caminho, um percurso de reequilíbrio das finanças públicas na Praia da Vitória, permitindo que no último ano do último mandato já se pudesse devolver às famílias

uma parte do IRS. Concluiu dizendo que estavam a manter a referida devolução e muito felizes ficavam de chegar ao fim daquele mandato e poder devolver a totalidade daquela taxa de IRS, porque aquela era uma luta do CDS desde há muitos anos no país. -----

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e informou, relativamente aquela proposta, que nunca tinham sido contra baixar impostos, que achava que era relevante baixar os impostos e que o problema não era isso, mas sim quando ficavam de joelhos e de mãos estendidas a pedir uma alteração da Lei das Finanças Regionais ou que alguém lhes coadjuvasse em matéria tributária, porque se não davam o que não podiam, se não investiam o que não podiam, depois quem é que ia pagar aquilo que não tinham para pagar. Acrescentou que aquilo é que era relevante quando não se quis baixar impostos a nível Regional, porque tinha repercussões a nível local. Referiu que aquela participação variável dava cerca de cinquenta e sete cêntimos por cada praiense e a questão que se colocava era o que se podia ter feito com esse valor amontoado, que tinha um impacto que era diferente em termos singulares. -----

----- **O Deputado Pedro Pintou** usou da palavra e disse que, cinquenta e sete cêntimos era efetivamente um número que podiam considerar baixo. Relembrou que tinha tido aquele debate, sobre a baixa do IRS, com presidentes de executivos socialistas e sempre lhe tinha sido dito que não era possível abrir mão desse dinheiro, porque esse era fundamental para o executivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória poder implementar e executar as suas medidas. Posto isso, reafirmou que eram só cinquenta e sete cêntimos e que os socialistas não conseguiam, não podiam abrir mão dos mesmos. Concluiu dizendo que preferiam que os cinquenta e sete cêntimos ficassem na mão das famílias.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que tinha ficado na dúvida se não se devia ter aumentado os impostos, porque achava que tinha havido, do lado da bancada do PS, alguma lamentação por isso não ter acontecido, ou porque, pelo menos, se devia ter cobrado mais. Concluiu dizendo que, ainda bem que se mantinha o retorno do IRS e ainda bem que se seguiu um caminho de rigor e que não se investia aquilo que não se tinha. - -----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e repetiu que o Partido Socialista nunca tinha sido contra a baixa de impostos e que a questão que se colocava era que cinquenta e sete cêntimos, no cômputo geral, quando não se pôde ajudar a Associação A ou a Associação B, se calhar nesse cômputo global teria tido um fruto diferente. Realçou que eram visões distintas, que respeitava perfeitamente, mas que sublinhar que o Partido Socialista era contra a baixa de impostos era a falácia da negação do antecedente. -----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio para pedir um esclarecimento, ou seja, disse que aquela era uma fonte de financiamento, que pelo que percebia, vinha da Lei das Finanças Locais em que o Município tinha a possibilidade de ir buscar entre zero a cinco por cento de IRS, para os contribuintes que pagavam IRS, e a Câmara estava a prescindir de um por cento, mas ia buscar os outros quatro por cento. Posto isso, questionou se o seu raciocínio estava correto. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que contra factos não havia argumentos. Tinham baixado, tinham endireitado as contas do Município e o facto era

que o PS nunca baixou, nunca quis baixar. Acrescentou que os partidos políticos não eram todos iguais e que já sabiam que se estivesse ali um executivo socialista, a taxa seria cinco por cento, que nenhum cêntimo era devolvido às pessoas. Posto isso, questionou se havia instituições, com pedidos de apoio financeiro à Câmara, que estivessem pendentes de dinheiro, que estivesse em atraso, que a Câmara estivesse a cortar nos apoios às instituições locais, se a Câmara estava a cortar nos apoios às juntas de freguesia ou a diminuir o financiamento que dava a estas, isto para perceberem a importância daquele valor.-----

----- **O Deputado Marcos Fagundes** interveio e informou que era muito giro falar em cinquenta e sete cêntimos por pessoa, mas quarenta e dois por cento da população portuguesa não pagava IRS, o que significava que se dividissem esse mesmo valor pela percentagem de pessoas que realmente pagavam IRS, o valor seria muito superior. De seguida, disse que, em relação à questão da problemática de estarem a abdicar de receita e não conseguir fazer face às despesas, achava que a lógica era trabalhar mais eficiente, reduzir custos para que, mesmo sendo possível baixar a receita, conseguir-se pagar tudo e reestruturar a situação da Câmara,-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, a todos de forma generalizada, informando que o Concelho da Praia da Vitória tinha dezanove mil quatrocentos e oitenta e dois habitantes, nos censos de dois mil e vinte e um, e com a medida em discussão tinham perdido cento e cinquenta mil euros. Esclareceu que, tinha um reflexo de sete euros e setenta cêntimos, por isso, tinham um orgulho imenso no caminho que vinham fazendo, pois estavam a prescindir daquele valor, estavam a beneficiar os sete euros e setenta cêntimos a todas as famílias do Concelho e podiam dizer que todas as entidades que estavam a trabalhar com o Município estavam a receber atempadamente. Informou, ainda, que o compromisso era ir avaliando, de forma gradual, se conseguiam manter aquela estabilidade para continuarem a diminuir aquele valor percentual.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** usou da palavra para informar que ia votar contra a proposta em análise, por achar injusto que fossem sempre os mesmos a pagar tudo. Acrescentou que as pessoas que pagavam o IRS já trabalhavam, já se sacrificavam, nada lhes era dado, tudo era conquistado e, ainda por cima, tinham que financiar as associações, mas estas quando se constituíam, ou tinham meios para sobreviver e um objetivo bem claro, ou não podiam estar a viver à custa de meia dúzia que passava uma vida inteira sacrificada. Relembrou que, tinha sido dito pelo PS que o investimento estruturante do Município da Praia da Vitória era a habitação, pelo que tinha percebido estavam-se a referir a habitação social, estavam a falar de habitação de um ou dez por cento no máximo, em que todos os outros tinham que pagar a sua e a deles. Posto isso, concluiu dizendo que não obrigassem os mesmos a pagar-se de tudo, por isso, votava contra. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que era isso mesmo, que quem sustentava o sistema era quem trabalhava, recebia o seu salário e pagava impostos. Reforçou que o que estavam a fazer era devolver, a quem trabalhava e pagava impostos, uma parte do IRS que pago, ou seja, era justiça social para aqueles que sustentavam o sistema. Concluiu dizendo-se esperançado que, com as medidas já implementadas no

passado e que iriam continuar a implementar naquele mandato, poderiam chegar ao fim do mesmo devolvendo os cinco por cento do IRS a todos os trabalhadores da Praia da Vitória.-----

----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e disse que havia ali uma contradição clara, porque aquela medida servia precisamente para quem trabalha e o que parecia ali trazer a Sra. Deputada Hélia Cardos era, de facto, retirar o dinheiro daqueles que descontavam, recebê-lo novamente no final do ano. Concluiu dizendo que faziam muito bem aquela devolução e só tinham que lisonjear o executivo por isso.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio e disse que tinha ficado curiosa sobre qual era a contradição em afirmar que os quatro por cento deviam voltar para quem pagou o IRS. Esclareceu que devia ser zero e não quatro e isso é que tinha defendido, não havia contradição nisso.-----

----- **O Deputado Luís Silveira** usou da palavra e disse achar que ambos os deputados estavam a dizer a mesma, mas de formas diferentes e ainda não se tinham percebido.-----

----- **O Deputado Rafael Lima** interveio e disse que quando a Sra. Deputada mencionava que ia votar contra a medida em discussão estava, literalmente, a retirar aquilo que seria o estorno daquele dinheiro a quem trabalhava e a quem produzia para a sociedade.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** concluiu, depois da anterior intervenção que, sendo assim, teria que votar a favor de uma percentagem com a qual não concorda sob pena de ser acusada de estar a prejudicar os contribuintes que pagavam impostos.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida.-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Treze abstenções do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Um voto contra do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso.-----

----- **11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR EM 2026.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----
----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DEDUÇÃO FIXA À TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA AGREGADOS FAMILIARES A SER COBRADA EM 2026.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Trinta votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida;-----

----- **Dois do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Treze do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Uma abstenção do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso.-----

----- **13. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA 2026.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Catorze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida. --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso.-----

----- **Treze abstenções do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio

Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima. -----

----- **O Deputado Rafael Lima** fez uma interpolação à Mesa: -----

----- “Um intervalo de quinze minutos, tendo em conta que vamos entrar agora no ponto catorze e acho que ficava bem, tendo em conta que será certamente o ponto mais discutido da presente sessão.” -----

----- **O Presidente da Mesa**, após questionar os grupos municipais, informou, eram dezasseis horas e vinte minutos, que seria feito um intervalo de dez minutos. -----

----- Pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos reiniciaram-se os trabalhos. -----

----- **14. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, PARA O ANO DE 2026.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Hélio Rocha** destacou, como bastante positivo, alguns aspetos do orçamento em apreciação, nomeadamente: -----

----- 1º Aspeto - contemplar um investimento de cerca de trezentos e oitenta e oito mil euros para as juntas de freguesia; -----

----- 2º Aspeto - a reparação de vias municipais, quatrocentos e vinte e seis mil euros e questionou se a Canada da Baleeira estava contemplada e que mais vias estavam contempladas;-----

----- 3º Aspeto - amortizar em mais de um milhão, quase um milhão e meio, as dívidas entre trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e seis, ou seja, a previsão era de uma redução de dívida na ordem de um ponto quarenta e tal milhões de euros; -----

----- 4º Aspeto - um reforço do Fundo de Emergência Social, a abertura de novos arruamentos e questionou se isso já estava relacionado com o PDM e que arruamentos eram esses; -----

----- 5º Aspeto - a redução de trabalhadores do universo da Câmara, pois considerava que aquela redução trazia mais desenvolvimento ao Concelho; -----

----- 6º Aspeto - conservação de bens, havia um valor de cento e quarenta e um mil, seiscentos e quarenta que também gostava que pudesse ser especificado, nas freguesias, mais especificamente na Agualva, se aquele valor contemplava, por exemplo, alguma intervenção ao nível do pavilhão. Disse saber que o Sr. Vereador John estava a fazer um levantamento, pelo Concelho, daquelas que eram as infraestruturas com maior carência de intervenção e perguntou se esse relatório já estava feito e se a lista de prioridades também já estava conseguida;-----

----- 7º Aspeto - o pagamento a fornecedores estava na ordem dos trinta dias;-----

----- 8º Aspeto - novecentos e trinta e quatro mil euros para instituições sem fins lucrativos; -----

----- 9º Aspeto - tarifa social de duzentos e quarenta mil euros para apoiar as famílias mais carenciadas;-----

----- 10º Aspeto - valorização da baía - duzentos e trinta e três mil e quinhentos e na conservação da natureza - cento e treze mil, seiscentos e quarenta e sete. Disse que tinha sido referido a aquisição de uma bomba de água, mas gostaria que a Sra. Presidente pudesse ser um bocadinho mais específica para perceberem, em concreto, que investimentos eram aqueles.-----

----- **O Deputado Eduardo Azevedo** interveio e questionou qual o montante inscrito para o Parque Industrial das Lajes e qual era a sua cronologia subjacente. -----

----- **O Deputado Vasco Lima** colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão - na recuperação de vias municipais, se a Canada dos Guardanapos estava contemplada e, caso não estivesse, se era possível a Câmara intervir na mesma;---

----- 2ª Questão - se existia alguma previsão de novos arruamentos ou da aquisição de novos terrenos para o mesmo fim, na freguesia da Vila Nova;-----

----- 3ª Questão – se estava contemplado algum valor para a recuperação dos balneários do campo de futebol da Vila Nova, bem como para o pavilhão desportivo e a sua reparação;-----

----- 4ª Questão - se a obra da creche e ATL, no anexo da Casa Museu do Ramo Grande, que era pertença da Câmara, avançaria no próximo ano; -----

----- 5ª Questão - uma vez que não estava contemplado no orçamento qualquer intervenção no bar das Escaleras, se existia alguma previsão de investimento na zona do solário. -----

----- Por fim, disse que era com satisfação que via a introdução da obra da escola da Vila Nova e que em princípio arrancaria no próximo ano.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** questionou, relativamente ao ponto um ponto três - Linhas gerais das grandes opções do plano e orçamento e no ponto dezassete - Aplicar o novo Plano Diretor Municipal com o objetivo de promover uma maior expansão territorial e facilitar o acesso à proteção e à instalação de empresas na Praia, o que o que se entendia por expansão territorial, naquele ponto. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta da Agualva para: -----

----- 1º Aspeto - agradecer pelas referências feitas relativamente ao valor destinado às juntas de freguesia. -----

----- 2º Aspeto – dizer que no valor inscrito estava contemplada a Canada da Baleeira. Relativamente à previsão de arruamentos, disse que se até ali ainda não tinham fechado o PDM, não era responsável enumerar arruamentos que, perante o período de discussão pública, ou até mesmo na reunião que ainda iam ter em conjunto para o período de consulta pública, pudessem não ficar acordados.-----

----- 6º Aspeto – dizer que, para todas as freguesias, o valor para a intervenção na manutenção dos pavilhões estava inscrito na rubrica de aquisição de bens e serviços, porque, efetivamente dependia da aquisição de bens de serviços externos, não conseguiam dar aquela resposta internamente. -----

----- 10º Aspeto – dizer que tinham um valor generoso no âmbito ambiental, porque fizeram uma candidatura para a reabilitação e reorganização do Paul do Belo Jardim, candidatura esta que tinha merecido a sua validação por parte da Direção Regional do

Planeamento e Fundos Estruturais, mas não tinha ficado na sua totalidade coberta pelo valor de comparticipação, por isso, cabia ao Município, para garantir aquele que era o projeto inicial de reabilitação daquela zona, ou reforço de mais algum valor para se poder dar a dignidade que entendiam que aquela zona merecia. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Deputado Eduardo Azevedo, disse que o valor total daquele investimento, e que estava devidamente candidatado, era dois milhões, seiscentos e trinta e três, setecentos e noventa e sete ponto quarenta e cinco e que tinha garantido para o ano de dois mil e vinte e seis o valor de um milhão quatrocentos e vinte e três e noventa e sete. Acrescentou que, aquele projeto estava a aguardar aprovação e que tinham uma esperança muito elevada relativamente à respetiva candidatura. Relembrou que, no quadro anterior aquela candidatura caiu, mas que houve sempre o compromisso, da parte do Município e da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais que se pudesse fazer uma nova candidatura com outros moldes, que no entender daquele executivo deveria ser feita por fases e, por isso, aqueles valores eram referentes à primeira fase. Explicou que existiria uma segunda fase, mas pensava que, naquele momento inicial, estava prevista a criação de três lotes e o melhoramento do acesso à Via de Vitorino Nemésio, incluindo a reabilitação da Rua do Lajedo, com o seu alargamento e pavimentação. Informou, também, que já estavam a avaliar e a fazer contatos no âmbito da expropriação dos terrenos, para estarem devidamente organizados perante uma validação favorável à candidatura e arrancarem com a intervenção. Concluiu dizendo que aquele era um processo concursal que estava devidamente preparado e o prazo previsto para a primeira fase estava com uma avaliação de quinhentos e quarenta dias. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo Deputado Vasco Lima respondeu que: -----

----- 1ª Questão - estava contemplada numa candidatura efetuada pela Praia Ambiente - Praia Menos Perdas, por isso, não estava inscrito naquele orçamento Municipal, por ser atualizada e, só depois, pavimentada. -----

----- 2ª Questão - já tinha respondido àquela questão e que a Vila Nova ia ser exatamente na mesma perspetiva. -----

----- 4ª Questão - tinham a avaliação de uma zona que poderia vir a ser intervencionada, mas que, perante esta havia um valor muito representativo para um investimento daquela natureza e, por isso, tinham que ser muito ponderados fase ao número de intervenções que tinham que fazer em espaços Municipais que careciam de intervenções urgentes e, efetivamente, as escolas eram uma das grandes preocupações. Informou que já teve a oportunidade de falar com a direção da entidade em causa para que também pudessem apresentar propostas e saber, até que ponto, estava disponível para fazer algum investimento e, assim, de forma coordenada, perspetivarem outro tipo de atuação. Confessou não querer responsabilizar-se por um valor que depois não pudesse ser assumido e deixar aquela entidade com alguma expectativa relativamente à situação em causa. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Deputado Ricardo Rosa, respondeu que estava ligada ao PDM, era a expansão da área de construção que o PDM pudesse vir a

abranger mediante o seu fecho e precisavam garantir valores para expropriação de terrenos e início de infraestruturização. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** usou da palavra e lembrou que no manifesto do executivo, de dois mil e vinte e cinco, a área da juventude aparecia sozinha, pelo que, esperava olhar para o orçamento em discussão e ver que a juventude iria ter um espaço maior, que iria ter uma maior incidência. No entanto, era com muita estupefação que tinha verificado que a única proposta existente para a juventude era a manutenção das bolsas de estudo, o que não deixava de ser uma medida importante, mas claramente insuficiente, ou seja, não existia quaisquer outras propostas para a juventude do Concelho. Concluiu dizendo ser importante recordar que investir em políticas de juventude não era um custo, mas seria sempre uma opção estratégica de futuro. -----

----- **O Deputado John Borges** interveio e colocou duas questões: -----

----- 1ª Questão - se estava inscrito naquele orçamento a asfaltagem até à zona de lazer; - -----

----- 2ª Questão – para quando a asfaltagem das sobras de caminho na freguesia da Fonte do Bastardo. -----

----- **O Deputado Vasco Lima** usou da palavra para lembrar duas questões que colocou e que não foram respondidas, nomeadamente: -----

----- 1ª Questão – se estava contemplado algum valor para a recuperação dos balneários do campo de futebol da Vila Nova, bem como para o pavilhão desportivo e a sua reparação;-----

----- 2ª Questão - uma vez que não estava contemplado no orçamento qualquer intervenção no bar das Escaleiras, se existia alguma previsão de investimento na zona do solário. -----

----- **O Deputado Jorge Freitas** interveio e disse que ouvir dizer que para aquele Plano e Orçamento a única proposta que havia para a juventude era o apoio às bolsas de estudo, era desvalorizar e ignorar o que estava claramente escrito e orçamentado no mesmo para dois mil e vinte e seis. Acrescentou que, a juventude existia no Plano de forma transversal e não simbólica, que esta surgia integrada em vários eixos estratégicos deste, nomeadamente no desporto, na educação, na empregabilidade, na cultura, na transição digital e inovação, na ação social e na habitação. Disse que a juventude não era propriamente tratada como um setor isolado, mas sim como uma prioridade transversal. Posto isso, deu exemplos, relativamente à educação, de apoios concretos e com impacto real na juventude e na área da educação para o ano de dois mil e vinte e seis.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Simão Fonseca dizendo que quando usava a palavra expectativa, esta expectativa podia ser positiva em relação às medidas da Juventude para aquele Plano de dois mil e vinte e seis, até porque também estava expectante que, perante a instalação de um novo Conselho Municipal de Juventude, pudessem ter outra atividade, outra dinâmica, que permitisse ter um orçamento melhorado para um próximo ano. Disse que, dali tinha que sair o compromisso de que as propostas, que haveriam de vir do Conselho Municipal de Juventude, pudessem carecer de avaliação e pudessem estar transpostas, de forma mais

— clara, no próximo orçamento. Acrescentou que, era importante dizer que aquando da preparação de um manifesto eleitoral e a viver o próprio momento eleitoral em si, havia trâmites legais que não podiam parar, ou seja, o próprio orçamento não pôde parar, esteve sempre a ser trabalhado e, por isso mesmo, havia uma diferença entre o manifesto de dois mil e vinte e um e o de dois mil e vinte e cinco. Informou que, dentro de todas as rubricas que tinham abertas, havia sempre valores que se cruzam com a juventude, desde a formação, os investimentos que pretendiam fazer na habitação, a descida de um ponto percentual da taxa do IRS, tudo isso eram formas que tinham de beneficiar as famílias, de aliciar jovens a fixarem-se, como tantas outras medidas que ainda tinham de ser trabalhadas e melhoradas. Confessou estarem expectantes de puderem ter essa oportunidade, de fazer aquele caminho e, portanto, achava que nem tudo estava feito e não estavam ali a dizê-lo. Concluiu dizendo que, havia um caminho que vinha sendo feito nos últimos quatro anos, mesmo com alguns constrangimentos, de forma gradual e que o compromisso era o de continuarem a fazer esse mesmo caminho. -

----- De seguida, respondeu ao Deputado John Borges dizendo que: -----

----- 1ª Questão - já estava iniciada a intervenção até à zona de lazer, já existia, da parte da Praia Ambiente, a instalação da água até à própria zona de lazer e que tudo o resto estava envolvido numa candidatura da Praia Ambiente, tal qual como a Vila Nova e, portanto, entendiam que poderiam vir a ter notícias positivas em relação àquela situação, mas não garantia uma pavimentação até ao mês de agosto. -----

----- 2ª Questão - a planificação das sobras de estrada iniciou-se em dois mil e vinte e cinco, sempre com o compromisso de transitar para o ano seguinte porque a empresa não conseguia concluir em tempo útil. Informou que se tinha iniciado a planificação com a freguesia da Agualva, depois as Quatro Ribeiras, os Biscoitos, que devia estar a terminar no final do ano, no máximo início do ano, depois a Vila Nova, São Brás, Fontinhas e Fonte do Bastardo seria a última freguesia ou a penúltima freguesia. -----

----- Quanto às questões do Deputado Vasco Lima, respondeu que: -----

----- 1ª Questão - toda aquela situação estava avaliada, desde a reposição de janelas, a retirada da fibra de amianto do telhado e a reposição de um teto a novo. Disse que iam tentar fazer aquela planificação, que os valores já estavam orçamentados, havia também uma conversa feita com o próprio Clube Desportivo. Confessou ser muito importante que se fizesse aquela atualização, pois como se sabia, começavam de forma gradual a melhorar os balneários, até que chegava o momento que tinha que se fazer a alteração de toda a cobertura e, por isso, de forma organizada, já o tinham ido preparando e iam tentar que fosse ao longo do ano dois mil e vinte e seis. -----

----- 2ª Questão - já tinha chegado o relatório e era uma situação que ia ser avaliada, mas já tinha sido identificada. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** iniciou a sua intervenção dizendo que a afirmação que estava tudo englobado não invalidava, nem respondia à questão central colocada, por isso, acabava por confirmar que não existia uma estratégia própria para a juventude, não existiam objetivos específicos para a juventude, não existia dotação financeira autónoma e não existia avaliação concreta do impacto das medidas nos jovens. Confessou que, tinha a expectativa, tendo em conta o falado no Conselho Municipal de

Juventude sobre o orçamento participativo jovem e tendo em conta que existia essa mesma transição, existisse essa rubrica em orçamento. Disse que, olhando não para um plano global, mas para casos específicos para a Juventude, de forma autónoma, existia um investimento de cerca de sessenta mil euros, equivalente a cerca de zero ponto três por cento do orçamento Municipal, o que era completamente curto, impensável até. No entanto, disse esperar que o Conselho Municipal de Juventude reunisse o mais rápido possível, comprometendo-se a apresentar propostas, a estar do lado da Juventude porque, acima de tudo, o que defendiam e o que defenderiam sempre era estar ao lado dos jovens praienses e providenciar o melhor futuro para estes.-----

----- **O Deputado Zósimo Nunes** interveio e para lembrar várias situações, na freguesia de São Brás, que não gostava que ficassem esquecidas, nomeadamente:-----

----- 1ª Situação - escola de São Brás, que se encontrava um bocadinho debilitada em relação ao número de crianças. Informou que, o refeitório estava limitado não permitindo que todas as crianças comessem juntas; -----

----- 2ª Situação – ATL, que também estava com carência e que no futuro se previa haver crescimento e sendo aquela uma freguesia central, muitos pais tinham a possibilidade de colocar as crianças lá, mas devido ao excesso não o conseguiam fazer; -

----- 3ª Situação - asfaltamento das sobras, que havia muitas para serem asfaltadas e deu como exemplo a Rua dos Lourais, que por falta de asfaltamento da sobra a água estava a invadir os terrenos agrícolas constantemente e a Canada da Fonte, onde já existia habitações há alguns e nunca foi asfaltada.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que, relativamente à questão da juventude pensava que não ver explanado o orçamento participativo da juventude naquele orçamento, estava relacionado com o facto de que tinha ficado, para o novo mandato, o Conselho de Juventude criar o seu regulamento. Disse achar que sem haver um regulamento não poderia haver uma planificação de um orçamento que ainda não existia, que não estava definido em como é que iria acontecer, de que forma, que valores, que atividades é que poderiam constar naquele orçamento participativo. Concluiu dizendo que aquele era o desafio para o Conselho Municipal da Juventude, para aquele mandato, ou seja, que se desse os passos para a definição de um orçamento e de um regulamento que fosse funcional e que realmente olhasse aquelas que eram as necessidades da juventude no Concelho da Praia da Vitória.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** iniciou a sua intervenção dizendo que, como era a sua primeira vez a participar em atividades municipais, o primeiro objetivo tinha sido verificar se estariam perante um orçamento sobreavaliado, tendo sido feita a comparação com a execução semestral, fazendo a extrapolação para o ano, tendo detetado que havia apenas um crescimento de dois por cento na receita corrente, o que a tinha deixado bastante sossegada porque equivalia, mais ou menos, à taxa de inflação. Em relação às despesas, na área das despesas com o pessoal, disse saber que a Sra. Presidente referiu que havia uma redução, o que de certo tinha comparado com a dotação revista, mas ela tinha comparado com a execução do primeiro semestre extrapolado e dava-lhe um aumento de seis por cento. Posto isso, questionou a que se devia esse aumento, acima da taxa. Em termos do plano de investimento disse que havia

questões que poderiam constar do documento, como por exemplo, na requalificação das vias municipais, quais as vias a serem requalificadas, pois achava que aquele tipo de informação só melhorava o mesmo e esclarecia todos os munícipes e quem participava naqueles trabalhos. Referiu que a mesma recomendação se aplicava às transferências para as freguesias, qual o valor para cada junta de freguesia, pois em nome da transparência, se possível, já deveria constar para que todos pudessem avaliar se os critérios eram os mais adequados e questionar esses mesmos critérios. Em relação aos pavilhões, lembrou que a Sra. Presidenta referiu que não lhe era possível indicar quais eram os pavilhões intervencionados, porque isso tinha que ver com a subcontratação de serviços, mas como não tinha conseguido acompanhar a explicação, pediu que fosse melhor elucidada. Relativamente ao investimento, no plano de investimento, tinha percebido que a aquisição de terrenos tinha que ver com novos arruamentos, mas gostava de ter uma melhor explicação sobre os mesmos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigiu-se ao Deputado Zósimo Nunes dizendo que a freguesia de São Brás não estava esquecida e agradeceu a preocupação do mesmo. De seguida, disse terem noção de que, ao nível das sobras de estrada, era uma freguesia que também merecia a sua asfaltagem e ela estava na planificação. Quanto à Canada da Fonte, informou que esta era uma situação que carecia, não só de pavimentação, mas de toda a reposição de betonagem e garantir a infraestruturização daquela zona e, por isso, também era uma das ruas que estava incluída na candidatura da Praia Ambiente - Praia Menos Perdas. Quanto à escola, referiu que aquela era uma escola que tinha um bom funcionamento, em que a afluência de crianças era bastante significativa e que vinha sendo crescente. Disse que, a situação do refeitório era uma situação que começava a preocupar-lhes, porque os miúdos não conseguiam assumir as refeições todas ao mesmo tempo. Concordou que aquela era uma escola que carecia de alguma intervenção e que, para ser feita, tinha que ser muito bem planificada para não interferir com a atividade letiva, ou seja, tinha que ser muito bem planeada. Relativamente à planta da mesma, disse que houve um conjunto de intenções, mas nunca passaram propriamente para o papel, por isso, ia haver um pedido para os técnicos camarários avaliarem, começarem por planificar e, assim, se poder traçar uma estratégia para o melhoramento da escola. Informou que, houve, da parte da Câmara, a avaliação do espaço adjacente e já havia um projeto interno, que também iam ter que se debruçar e olhar para ele para perceberem como podiam garantir a atividade. Referiu que fazer uma intervenção numa escola levantava sempre demasiadas preocupações, estavam a falar de um público muito sensível que requeria o máximo de atenção e tinham que garantir que a atividade não ficava condicionada pelas obras que tivessem de ser feitas. Acrescentou que, à semelhança do que estava a acontecer na Vila Nova, tinham tudo preparado, mas só iam atuar quando tivessem a nítida certeza de que as crianças ficavam alocadas de forma segura, para que a atividade não ficasse comprometida. Disse que, ficava o compromisso de começarem a olhar, de forma muito responsável, para a infraestrutura que tinham, para o que seria necessário potenciar para melhorar a atividade e que condicionamentos isso poderia ter. -----

----- De seguida, dirigiu-se à Deputada Hélia Cardoso, dizendo que acolhia como uma crítica construtiva, quando esta dizia poderem ter as classificações mais a pormenor, para saberem onde se ia fazer certos e determinados investimentos, como era o caso dos arruamentos. Acrescentou que aquilo que se prendia com o PDM, já tinha explicado que, de forma responsável, não iam assumir isso para já, mas, efetivamente, tinham valores alocados à reparação de algumas estradas e elas não estavam discriminadas, até porque o documento que estavam a debater não era um documento estanque, ou seja, tinham um valor destinado a repavimentações, tinham noção de que eram muitas as estradas municipais a precisarem de investimento, mas fase a situações urgentes por vezes tinham que fazer determinadas alterações e, por isso, no orçamento aparecia o valor que depois haveria de ser distribuído mediante as zonas identificadas e que, de forma gradual, se pretendia ir requalificando. De seguida, informou que não tinham uma rubrica destinada à requalificação de pavilhões, mas o valor estava alocado na aquisição de serviços externos, isto porque, para poderem requalificar aquelas infraestruturas, obrigatoriamente tinham que fazê-lo através de um prestador de serviço externo, por não terem como fazê-lo internamente, quer ao nível da mão de obra, que era muito específica, quer ao nível do fornecimento de material, isto é, carecia de pessoal habilitado e empresas que devidamente preparadas para trabalhar aquele tipo de materiais. Relativamente à aquisição de terrenos, informou que, perante a possibilidade de fecharem o PDM, tinham um valor já alocado para durante o ano de vinte e seis, perante a identificação de novos arruamentos que se quisessem abrir, pudessem proceder à expropriação de algumas zonas, porque podia haver zonas em que parte já era Municipal, mas para a beneficiação tinham que negociar a expropriação com alguns proprietários, bem como também um valor alocado para a infraestruturização. Explicou que, isso tinha que estar em dois patamares e, portanto, ficou a inscrição dividida em duas rubricas, uma para a expropriação e outra para a infraestruturização. Referiu, ainda, que enquanto não tiverem o PDM fechado, não iam de forma nenhuma garantir nenhuma abertura de arruamento a novo. Quanto ao aumento relativo aos recursos humanos, informou que se prendia unicamente com os aumentos salariais, conforme o previsto na lei, não com contratações a novo. -----

----- **O Deputado Francisco Ventura** interveio e disse que a agricultura, que era o principal pilar da economia do Concelho, da Ilha e da Região, após a consulta do Grande Plano e das Grandes Opções não constava de nenhuma rubrica. Referiu que, apesar de terem a Secretaria da Agricultura, que coordenava muitas coisas, havia situações que eram municipais e deu como exemplos as canadas de ninguém/canadas de servidão; a situação dos resíduos; o abastecimento de água; o próprio depósito de resíduos pelos agricultores na Teramb, com uma taxa bastante significativa. Posto isso, questionou, a nível da agricultura, o que constava no grande plano e quais eram as ideias, porque infelizmente ainda não tinha ouvido falar na palavra agricultura. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra e disse que gostava de fazer um reparo, relativamente à intervenção da Sr. Presidente da Câmara, a respeito da intervenção nas vias, pois tinha-o feito lembrar um requerimento pedido pela bancada do PS sobre a matéria em causa e que obteve de resposta o plano de intervenção nas

vias municipais, que não era mais do que onze quadros em branco com o nome das ruas das freguesias e, portanto, presumia que se calhar eles já estivessem preenchidos com essas tais prioridades que deviam estar definidas para se gastar as verbas que estavam inscritas nas rubricas para a intervenção das vias e que, se assim fosse já era um passo em frente. De seguida, disse querer dar algumas palavras de conforto ao Sr. Presidente de Junta da Freguesia de São Brás, porque o P2030 só devia acabar lá para dois mil e trinta e se a intervenção na Escola de São Brás fosse como a intervenção na Escola da Vila Nova, o Sr. Presidente devia esperar por isso lá para dois mil e vinte e oito/nove. Concluiu dizendo querer relembrar tudo aquilo que vinha sendo o caminho e o percurso, com o esforço da Câmara Municipal a todos os níveis e mais alguns para que as coisas acontecessem, mas em boa verdade anunciavam-se coisas e depois, na prática, elas não aconteciam e com algumas intervenções que surgiam naquela Assembleia faziam-lhes recordar todo o caminho que se vinha tendo relativamente àquela matéria. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** dirigiu-se à Deputada Diana Simões para dizer que, infelizmente não tinham o Regulamento do Orçamento Participativo Jovem porque o Conselho Municipal de Juventude não reunia, não cumpria o seu próprio regimento, ou seja, não era possível ter esses mesmos regulamentos aprovados. Concluiu dizendo esperar que tudo voltasse à sua normalidade e que pudessem votar todos os regulamentos e fazer cumprir tudo aquilo que já tinham abordado. -----

----- **O Deputado Jorge Freitas** interveio e, relativamente à juventude, lembrou que no último orçamento do Partido Socialista, também não havia nada destinado ou com o nome juventude. Relativamente às escolas, referiu que, realmente, a escola da Vila Nova tinha chegado ao estado que chegou, bem como as outras escolas elencadas pelo Deputado Ricardo Rosa, graças ao investimento do PS, por isso, tinham que agradecer a este pelo investimento feito nas escolas. Voltando à juventude, dirigiu-se ao Deputado Simão Fonseca e disse que a informação tinha sido global, mas juventude estava envolvida diretamente naquelas medidas e havia muitas medidas que beneficiavam diretamente e concretamente a juventude e não apenas as Bolsas de Estudo. De seguida, deu exemplos dessas medidas e disse que, quanto ao Conselho Municipal de Juventude era do interesse daquela bancada que o mesmo funcionasse, conforme os seus estatutos e o seu regimento e que se o Deputado Simão Fonseca, no último mandato, era o único a reivindicar para que isso acontecesse, podia dizer-lhe que naquele mandato seriam dois a reivindicar. -----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** insistiu dizendo que quando se preparava um orçamento já havia condições para escolher quais as vias em estado mais graves e em caso de catástrofe bastava informar que havia a necessidade de alteração dos critérios. Posto isso, disse que esse facto não impedia que, no início de dois mil e vinte e seis, toda a gente já não soubesse quais eram as estradas e que isso estivesse plasmado naquele documento. Relativamente às verbas para as freguesias, disse que a questão não tinha sido respondida. Quanto aos pavilhões, recolocou a questão de quais eram os pavilhões que estavam previstos serem intervencionados para dois mil e vinte e seis. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Francisco Ventura dizendo que, relativamente à agricultura, não se podiam sobrepor àquela que não era

propriamente uma responsabilidade Municipal. Informou que podiam sempre ser parceiros, estar alerta e principalmente tentar dar resposta àquelas que eram as situações que não eram de ninguém. Acrescentou que, aquela situação não cruzava só com a agricultura, cruzava também com o ambiente, nomeadamente na situação das ribeiras, que eram uma preocupação imensa para o Município e que já tinham tido a oportunidade de reunir com os srs. presidentes de junta, no início do mandato, para refletirem sobre aquela matéria e perceberem como é que podiam ser parceiros para poderem ter uma estratégia mais ativa na defesa das populações e de zonas que eram mais vulneráveis e que obrigavam a um olhar diferenciado. Informou que, iam ter, no próximo mandato, uma atenção direcionada para aquela matéria e embora não estivesse transposto no Orçamento Municipal, através da Praia Ambiente, vinham fazendo uma grande beneficiação, de várias zonas, para garantir a água à lavoura, a correção de algumas situações que, infelizmente, apareciam de forma incorreta, ou seja, vinham fazendo investimento naquela matéria e iam continuar a fazê-lo. Informou, também, que tinham um protocolo assinado com o IROA para poderem garantir que todas as zonas tinham o abastecimento devido e era naquele cruzamento, naquela parceria com as entidades que tinham a responsabilidade, que iam tentando dar resposta de forma a que todos tivessem acesso àquele bem essencial. Concluiu dizendo que, o empenho daquele executivo era no sentido de todas as identificações serem feitas e que pudessem ser consideradas para serem melhoradas. Relativamente às considerações do Deputado Ricardo Rosa, disse que este tinha brincado com uma situação que lhe parecia ter alguma gravidade, mostrando o desconhecimento das intervenções que estavam a ser feitas. Esclareceu que, quando se falava na Escola de São Brás, aquilo que tinha dito tinha sido o compromisso de iniciar uma avaliação, perante a situação identificada na mesma e que não tinha sido identificada até então, ou seja, em momento algum tinha falado numa candidatura da Escola de São Brás a fundos comunitários, o que demonstrava que o Sr. Deputado não estava atento e que não estava a acompanhar o processo da Vila Nova como devia ser. Disse que, tinha sido desagradável a brincadeira de achar que se fazia uma candidatura e que havia uma resposta no dia seguinte, porque alguém até então não se lembrou e agora lembraram-se, mas as questões não eram postas daquela forma, nunca tinham sido, em momento algum e em quadro comunitário nenhum. Confessou que, gostava de terem a oportunidade de enquadrar as escolas todas, porque muitas delas precisavam de intervenção, mas isso não tinha sido possível e já o tinha justificado naquela Assembleia. Relembrou a Escola do Cabo da Praia, que levou imenso tempo para ser intervencionada e nem sequer tinha sido através de nenhuma candidatura, o que significava que tinha que haver uma organização e condição financeira para se investir e isso era coisa que não tinham tido até ali. Concluiu dizendo que, estavam a fazê-lo de forma gradual e mediante a estabilidade que estavam a alcançar, por isso chegaram até ali. De seguida, disse à Deputada Hélia Cardoso que acatava todas as indicações que estava a dar como críticas construtivas e que o seu compromisso seria de melhorar, no sentido de poderem ter algumas situações no orçamento de forma mais discriminada, para facilitar e ajudar na tomada de decisão. No entanto, esclareceu que havia situações que não podiam estar transpostas de qualquer

forma porque depois, perante a lei, não podiam alterá-las como queriam, o que podia ser gerador de constrangimentos. Disse que se ia inteirar para poderem ter aquela situação mais a pormenor no futuro. Relativamente aos valores destinados às juntas de freguesia, esclareceu que o que estava em orçamento era o valor total ou global da delegação de competências, porque depois, dentro da contextualização ou do acordo de discussão que era feito com todas as freguesias, ele era feito de forma diferenciada. Informou que podia fazer chegar à Deputada em causa a respetiva documentação para que esta pudesse ter noção dos valores, como estavam destinados, como foram medidos e ir percebendo como aquela situação era organizada. Disse ser importante referenciar que os valores foram atualizados no mandato anterior, tendo os mesmos sido duplicados. Lembrou que, os valores eram muito residuais e puderam dar este suporte às juntas de freguesia, o que era um motivo de orgulho. Referiu que, a delegação de competências já era feita e cumprida, mas com grande dificuldade, sendo que atualmente viam as freguesias organizadas e cuidadas de outra forma, perante o suporte financeiro que recebiam. Lembrou, ainda, que a par daqueles apoios, ainda havia o Regulamento de Apoios às Juntas de Freguesia, que permitia outro tipo de apoios. Concluiu dizendo que havia, da parte daquele executivo, um grande empenhamento para manter tudo aquilo e tudo isso estava transposto no orçamento.

----- **O Deputado Zósimo Nunes** dirigiu-se ao Deputado Ricardo Rosa e agradeceu pelo conforto que este lhe deu. De seguida, disse que a freguesia de São Brás já estava no conforto há muitos anos, mas que não ia continuar, porque não tinha vindo para aquela Assembleia para dizer sim a tudo. -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** interveio e disse que o Grupo Municipal do CDS às vezes ficava sem saber se lia o documento à semelhança dos restantes, ou seja, por aquilo que tinham visto achava que iam no bom caminho. Disse que, aquele documento apresentava principalmente três grandes eixos, ou seja, o apoio à família e à comunidade, e isso via-se através da redução dos impostos; o apoio direto à comunidade e na sua segurança, que era o aumento às juntas de freguesia e ao trabalho que indiretamente estas todas prestavam à população; o valor do investimento que estava afeto a fundos cofinanciados. De seguida, explicou que o orçamento era um instrumento financeiro e não uma carta de medidas apenas políticas, que ele pressupunha um conjunto de regras e deu como exemplos a ação genérica ou o projeto que devia ter inscrito um montante a qual o objeto determinado devia ser o mesmo; a intervenção nas vias públicas e ele não precisava ser desagregador quando os projetos ou as ações não estavam devidamente desenvolvidas. Disse ser certo que, muitas vezes, faziam longas e extensas cartas, ações, com propostas, mas elas não tinham estimativa de investimento, não tinham qualquer tipo de projeto e eram meramente promessas políticas. Acrescentou que, a ação pressupunha que houvesse um bolo para o investimento e aí sim, quando a Câmara tivesse reunida a estimativa do investimento, ele poderia priorizar quais eram aquelas que haviam de constar do plano, com a devida repartição de encargos, atendendo que eles muitas vezes, podiam ser um lugar por dois ou três anos, eles estariam expostos no orçamento seguinte ou até mesmo na revisão que era possível fazer. Confessou fazer-lhe alguma confusão que em dois mil e vinte e cinco e

com alguns membros que eram recorrentes naquela Assembleia, que voltassem a questionar as questões genéricas. Concluiu dizendo que, mais valia terem uma ação genérica que fosse transparente e que previsse que daquele bolo pudessem ser realizadas ações, do que um conjunto de promessas políticas que não tinham estimativa de investimento e que não passavam de “uma folha de couve”.

----- **O Deputado Vasco Lima** interveio e disse que não estaria a ser justo se não falasse sobre a Escola da Vila Nova. Informou que, estava a acompanhar de perto todo o processo com a Câmara Municipal e, segundo constava, naquele ano tinha sido lançado o concurso público, que achava que não tinha ficado deserto, ou seja, com empreiteiro já se podia avançar com a obra. Relembrou que não podiam, de uma hora para a outra, tirar as crianças da escola e metê-las em qualquer sítio, porque isso causava transtorno aos pais e às próprias crianças. Informou que, com o apoio da Câmara Municipal, tinham um espaço, que estava a aguardar o término de uma intervenção, para conseguirem a mudança das crianças e parte do equipamento de forma a que as obras pudessem arrancar. Concluiu dizendo achar que aquele processo estava a ser demorado, mas que também vinha tendo o seu tempo de espera normal para que fossem feitas as coisas da melhor forma, para as crianças, os pais e os docentes.

----- **O Deputado Simão Fonseca** usou da palavra para confirmar, ao Deputado Jorge Freitas, que esteve pela primeira vez naquela Assembleia a vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e um, ou seja, o primeiro orçamento em que votou foi o orçamento correspondente ao ano de dois mil e vinte e dois, o primeiro orçamento apresentado pelo anterior executivo. Concluiu deixando aquela pequena nota de que aquilo que tinha sido dito anteriormente não correspondia à verdade.

----- **A Deputada Vânia Leal** interveio e disse saber que eram várias as escolas no concelho que precisavam de intervenção há imensos anos, que anteriores executivos tinham sido alertados para aquela situação, mas que nada tinha sido feito. Disse que, a intervenção que ia ser necessária, em qualquer uma destas escolas, seria muito maior e teria muitos mais custos do que aqueles que teria tido na altura se tivessem sido feitos. Posto isso, deu os parabéns ao atual executivo por em dois anos resolver um problema e disse ser muito bom ver boa vontade do mesmo em resolver os problemas que eram apresentados, mas que o problema era que tudo demorava muito tempo, tudo era muita burocracia, tudo levava imenso tempo para se resolver e para avançar.

----- **O Deputado Filipe Rocha** dirigiu-se ao Deputado Zósimo Nunes dizendo que este tivesse muito cuidado com o conforto, porque havia cartas de conforto que acabavam em dívida. Continuou a sua intervenção dizendo que via um orçamento realista, que a discussão do mesmo era uma discussão muito diferente daquela que viram em muitas outras Assembleias no passado. Era uma discussão factual sobre investimentos reais, sobre preocupações, sobre propostas que deviam entrar nos documentos, formas novas de declarar o investimento, reivindicações muito claras. Acrescentou que, também via um orçamento que não sofria da sobinflação que viram no passado, entre outras coisas, como por exemplo o Deputado Luís Silveira assumir que no passado estiveram errados e isso era muito importante e demonstrava uma vontade de fazer diferente. Posto isso, relembrou uma frase dita na tomada de posse pela

Deputada Maria Luísa Brasil, ou seja, que o PS não seria uma força de bloqueio, pois era bom que não o fosse porque os praienses tinha escolhido aquele projeto e não outro. Confessou ter ficado incomodado quando o PS se absteve sobre no aumento da verba para a tarifa social, pois na sua opinião, aquela matéria era da matriz socialista. Repetiu que tinham discutido uma coisa diferente do que discutiram nos últimos quatro anos, porque era verdade que, nos últimos quatro anos, apesar de toda a vontade de fazer mais, as verbas não deixavam. Concluiu dizendo que, o rigor trouxe-os a um cenário em que era possível discutir um orçamento com propostas de crescimento, com questões muito práticas, muito pragmáticas, em que se percebia que se resolveram muitos problemas e era aquele o caminho. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** dirigiu-se ao Deputado Filipe Rocha dizendo que este não se iludisse, porque era um equívoco julgar que a esquerda era amiga das pessoas e que a direita estava contra elas, pois desde o início dos trabalhos, daquela Assembleia Municipal, que se estava a comprovar que era exatamente o contrário. Com isto não queria dizer que o PS não apoiava e não ajudava, mas eles eram seletivos em quem queriam apoiar e queriam ajudar, com o dinheiro dos impostos de quem trabalhava, enquanto que eles criavam oportunidades e não tinham as pessoas nas mãos, ou seja, tentavam redistribuir a riqueza e ser justos para quem trabalhava e contribuía com o esforço dos seus impostos para sustentar o sistema e isso é que era a verdadeira justiça social. Relativamente ao orçamento, para aqueles que estavam ali já há alguns mandatos, lembrou que muito se fartaram de ouvir, sobretudo quando se discutia e aprovava o orçamento, os presidentes do PS dizerem aos presidentes de junta que só iam fazer obras que fossem cofinanciadas, que não pedissem obras que não fossem possíveis de cofinanciar. Posto isso, disse que a Praia da Vitória virou uma página, que tinham tido um mandato difícil, durante os últimos quatro anos, as contas estavam a entrar nos eixos e era possível encarar obras cofinanciadas com obras sem apoio de cofinanciamento. Confessou que, estavam muito felizes por saber que as coisas estavam a andar, não eram do dia para a noite, mas as coisas não estavam esquecidas e com critério, com parcimónia estavam a evoluir. Concluiu dizendo que, atualmente, podia-se esperar pela realização de uma reabilitação, com alguma perspetiva de concretização, enquanto que no passado eram apenas propostas vazias. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** interveio e disse que, queria complementar a informação que a Sra. Presidente deu relativamente à delegação de competências, porque tinha sido o principal rosto da mudança de paradigma da mesma. Confirmou que a Junta de Freguesia da Aqualva ia receber, em dois mil e vinte e seis, onze mil, seiscentos e quinze euros, o que era muito diferente de três mil, quinhentos e setenta e seis euros em dois mil e dezassete. Acrescentou que, na sequência das reivindicações naquela Assembleia, tinham conseguido uma majoração de dez por cento ao ano, mas todas aquelas majorações de dez por cento e o Regulamento de Apoio às Juntas criado tinha sido negociado nas costas dos presidentes de junta, ao contrário do que aconteceu mal o executivo de dois mil e vinte e um tomou posse. De seguida, disse corroborar com a opinião do Deputado Francisco Ventura relativamente à entrega de materiais pesados na Teramb. Recordou que, no início daquela sessão, aquando da apresentação

do relatório e contas da Teramb, viram que havia lucros na ordem dos quinhentos e dos setecentos mil euros, ou seja, estavam a falar de uma receita bastante significativa que os municípios ganhavam graças à Teramb, por isso, não sabia até que ponto não era proveitoso que esta isentasse a deposição de resíduos mais pesados, até como forma de desincentivo a que eles fossem largados em locais indevidos, porque as pessoas quando pensavam que tinham que pagar, simplesmente largavam os resíduos para não terem que pagar nada. -----

----- **O Deputado Francisco Ventura**, em defesa da honra, dirigiu-se ao Deputado Pedro Pinto e disse que o grupo parlamentar do PS eram pessoas de bem, pessoas que trabalhavam, que pagavam os seus impostos, ele pessoalmente, com muito sacrifício. ----

----- **A Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à Teramb, disse que aquela era uma situação que tinham que rever. Informou que, aquele era um valor que pagavam anualmente para depósitos feitos pelas Juntas de Freguesia, sendo que os materiais destinados à agricultura eram uma coisa um pouco diferenciada e podia não estar enquadrada naquela contratualização. Posto isso, disse que ficava o compromisso de tentar perceber como é que estava e o que podiam fazer para ultrapassar isso, pois achava que aquela era uma situação que podiam melhorar. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** interveio e disse que, apesar de quererem um orçamento maior e que contemplasse todas as reivindicações feitas naquela Assembleia, o que queriam mesmo era um orçamento que fosse exequível, que era o caso daquele orçamento, ou seja, era um orçamento responsável, de rigor e de sustentabilidade que, se por um lado, continuava a privilegiar a amortização de dívidas para que no futuro pudessem ter mais verba para investimento e não para o pagamento das dívidas, por outro lado, era um orçamento que contemplava o investimento, que reforçava as verbas para as juntas de freguesia e que também mantinha os apoios às coletividades, às instituições e às famílias. Disse que, aquele era o presente, mas era o presente que os havia de conduzir a um futuro mais promissor para a Praia da Vitória, um futuro que condicionasse as próximas gerações, que lhes desse esperança de poder viver na Praia, com melhores condições e com o desenvolvimento desejável. Concluiu dizendo que, aquele era o caminho que estava a ser trilhado, foi o caminho que a maioria dos praienses escolheu e que, portanto, tinham que respeitar. -----

----- **O Deputado Lucas Almeida** colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão – relativamente ao pavilhão na Casa da Ribeira, em que ponto estava a intervenção, tanto a nível do piso, como a nível da cobertura; -----

----- 2ª Questão – lembrou que a freguesia de Santa Cruz também tinha sobras de estrada para asfaltar; -----

----- 3ª Questão - lembrou a questão da legalização do Bairro de São Pedro, que era uma área grande e que não abrangia só o Bairro, como também contemplava o Império e a Escola e que esta estava a necessitar de intervenção. -----

----- De seguida, destacou alguns pontos positivos: -----

----- 1º Ponto - o investimento nas escadinhas do Facho, que era o cartão de visita de Santa Cruz e do Concelho, lembrando que de futuro também era necessário intervir no Caminho do Facho; -----

----- 2º Ponto – relativamente à agricultura, informou que havia um projeto, aprovado na Junta de Freguesia de Santa Cruz, para construir um parque de retenho de gado na zona dos Girões;-----

----- 3º Ponto – relativamente à delegação de competências, convidou a passarem em algumas zonas mais rurais de Santa Cruz, para verificarem o estado em que tinham deixado algumas estradas e informou que seria o atual executivo a fazer a diferença. ----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Lucas Almeida dizendo que: -----

----- 1ª Questão - estava a ser avaliado, que era uma situação que ficou resolvida ainda com o orçamento de dois mil e vinte e cinco a decorrer. Informou que, tinha que perceber como estava a situação do teto, mas internamente tudo isso devia estar a ser diligenciado, porque nunca iriam colocar o chão sem fazer a correção do teto. -----

----- 3ª Questão - situação do bairro de São Pedro, em Santa Rita, era uma situação que estava a ser trabalhada e que carecia do seu loteamento o mais rapidamente possível. -----

----- Ainda a **Presidente da Câmara Municipal** confessou que não conseguia compreender o grau de exigência de, em quatro anos, terem que resolver aquilo que não tinha sido resolvido em décadas, mas isso não era possível. Disse achar que aquela postura de auscultação e de respeito pelas situações que lhes eram colocadas, por todas as juntas de freguesia, na defesa das mesmas e da Vila das Lajes, era o caminho e iam, de forma concertada, trabalhar e tentar executar o máximo do orçamento de vinte e seis, beneficiando todos, tentando que as candidaturas pudessem ser validadas, porque traria um impacto enorme na vida das pessoas, principalmente de algumas freguesias em específico. Concluiu dizendo que queriam repor e devolver às pessoas a ansiedade de demasiados anos à espera, mas ao longo de quatro anos, mesmo com muitas dificuldades, foram grandes as conquistas que tiveram.-----

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e esclareceu que o PS se absteve, relativamente à proposta de adenda da tarifa social de dois mil e vinte e cinco, por não haver um estudo que fundamentasse a alteração, apenas havia uma completa imprevisibilidade em dois mil e vinte e cinco que obrigava a mudar de cento e quinze para duzentos e quarenta mil euros, ou seja, não sabiam bem em concreto o que tinha acontecido. Referiu que havia que fundamentar as coisas e que haver suporte técnico relativamente às decisões e essa era a razão pela qual se tinham absterido, lembrando que ainda faltava discutir a tarifa social de dois mil e vinte e seis. Relativamente às Grandes Opções de Plano para dois mil e vinte e seis, solicitou ao executivo que apresentasse, para a próxima Assembleia e para as subsequentes, de forma atempada, um relatório de execução relativamente a todas as medidas do mesmo. -----

----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e disse, em relação às rúbricas, no entendimento do Deputado Luís Leal, eram latas, mas na realidade eram uma questão simplesmente técnica, não se tratava de qualquer tipo de opção por ser lata ou não, era uma característica técnica. Acrescentou, relativamente ao escrutínio, que em reunião de Câmara, o vereador eleito do PS tinha tido a oportunidade de utilizar o expediente, que o podia ter feito, que era o direito de oposição, e não o fez, ficando por terra qualquer

argumento, por isso, ficava surpreendido que aquele debate praticamente se cingisse à juventude, acabando por justificar o resultado eleitoral de outubro de dois mil e vinte e cinco. Voltou a frisar os investimentos que seriam feitos na Praia da Vitória, que estavam orçamentados e que, certamente, seriam executados. Concluiu dizendo que aquele era um orçamento que satisfazia os praienses, era o orçamento e o executivo que os praienses reconheciam e deram a legitimidade para exercer as suas funções e deu os parabéns ao executivo, desejando que estes fizessem um excelente mandato e que executassem aquilo a que se tinham comprometido.-----

----- **O Vereador Marco Martins** solicitou, à Presidente da Câmara Municipal, autorização para, em defesa da honra, intervir.-----

----- **O Presidente da Mesa** interveio e disse que, de acordo com número cinco do artigo vinte e seis do Regimento, nas regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal, a palavra ainda era concedida aos variadores para o exercício do direito à defesa da honra, ou seja, quem atribuía ou quem dava a palavra era o Presidente da Assembleia. Posto isso, concedeu a palavra ao vereador em causa.-----

----- **O Vereador Marco Martins** iniciou a sua intervenção dizendo que, simplificando um pouco a discussão democrática, e não levava a peito, em grande monta, o que o Deputado Rafael Tavares Lima tinha dito, importava, porque este tinha falado diretamente dos vereadores da oposição, do vereador que se pronunciou, naquele caso ele, clarificar sinteticamente o que se havia passado. Disse terem recebido, em conformidade com o que era estipulado pelas normas, tabelas avulsas, fora do contexto, extremamente simples, não dando nenhuma base técnica, rigorosa, para emitirem qualquer opinião. Informou que, também não tinham recebido qualquer convite para participar e dar propostas, para incrementar, aumentar a qualidade...-----

----- **O Presidente da Mesa** interrompeu e disse não ter percebido onde estava respetiva defesa da honra, uma vez que esta era uma questão de ofensa ao pessoal.-----

----- **O Vereador Marco Martins** disse que podia ser mais claro, ou seja, que o Deputado Rafael Tavares Lima tinha dito que os vereadores do PS se aliaram de qualquer responsabilidade naquele orçamento, o que não era pura e simplesmente verdade, quando tinham apresentado uma série de propostas, em sede de reunião de câmara, que, constavam como anexa à ata da reunião onde tinha sido discutido o orçamento em causa.-----

----- **O Presidente da Mesa** interrompeu e disse que o vereador Marco Martins estava a descrever a cronologia daquilo que tinha acontecido e que ainda não tinha percebido onde é que estava a sua honra ferida.-----

----- **O Vereador Marco Martins** disse que terminava com uma frase “A honra do vereador Marco Martins e dos meus colegas está ferida quando alguém põe em causa a nossa validação e a enorme importância que damos a um documento, como as grandes opções do plano e orçamento. Nunca o faremos, está bem expresso na ata da reunião de câmara. Fizemos um escrutínio, avançámos com propostas e demos um enorme contributo para a valorização deste orçamento.”-----

----- **O Deputado Rafael Lima** dirigiu-se ao Vereador Marco Martins e esclareceu que nunca disse e nunca o diria, que foi negligente na apreciação de um orçamento, se

era isso que este estava a depreender. Relembrou que, o que tinha dito era que os expedientes legais, regulamentares, regimentais existiam e tinham que ser respeitados e assim o deviam ser. Esclareceu que, nunca teve a intenção de falar no nome do Vereador Marco Martins e individualizar a questão, mas, na realidade, este já tinha sido vereador no mandato anterior e sabia como funcionava a mecânica, quais eram os expedientes, que aquando da votação não era apresentada qualquer alteração ao plano e orçamento e, na realidade, era isso que tinha feito e apresentado na data e na reunião de Câmara que tinha ido para a votação. Pediu desculpas, no caso de o Vereador em causa ter ficado ofendido, porque nunca tinha sido essa a intenção, pelo contrário, o seu objetivo era numa perspetiva construtiva, porque a oposição servia precisamente para dar uso ao seu direito de oposição, porque só assim é que a Praia continuaria a crescer e a evoluir.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Vinte votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Jorge Espínola Freitas, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida;-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Dois do PS** - Eduardo Manuel Marques Azevedo e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Doze abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Onze do PS** – Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa e Bruno Narciso Meneses Lopes;-----

----- **Uma do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** apresentou uma declaração de voto:-----

----- “A minha declaração de voto é só para dizer que eu não ponho em questão que não foram as melhores opções que a Sra. Presidente tomou neste documento, só que há um conjunto de informação, que foi dada aqui nesta reunião, que considero que deveria estar no documento, para me sentir confortável o suficiente, para o subscrever.” -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** apresentou uma declaração de voto:-----

----- “O orçamento que hoje discutimos assume uma visão responsável e próxima das pessoas. É um orçamento que recorre a fundos europeus para potenciar o investimento no nosso concelho, garantido a execução de projetos estruturantes sem agravar a carga fiscal sobre os munícipes. Paralelamente, este orçamento adapta uma política de justiça fiscal através da redução do IMI, da redução da taxa de IRS, aliviando o esforço das famílias, aumentando o rendimento disponível e contribuindo para a fixação da

população e para a dinamização da economia local. É também um orçamento que aposta na proximidade, com um acréscimo de cerca de duzentos mil euros de apoio às juntas de freguesia, reconhecendo o papel fundamental dessas estruturas na resposta direta às necessidades das populações e na promoção da coesão territorial. Estamos, assim, perante um orçamento equilibrado que conjuga responsabilidade financeira, investimento estratégico e sensibilidade social, colocando das pessoas o desenvolvimento do concelho no centro das decisões políticas. Por esta razão, este orçamento merece o nosso apoio.” -----

----- **O Deputado Rafael Lima** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “Cinjo este orçamento àquilo que é já a toada do Executivo, responsável, rigoroso e transparente. Por isso, o Grupo Municipal do PSD só podia votar favoravelmente este orçamento.” -----

----- **O Deputado Luís Leal** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “A nossa abstenção deve-se, sobretudo, à falta de rigor e de antecipação daquilo que poderá vir a ser a execução destas dezanove medidas das Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e quatro. Se fossem mais escrutinadas, fossem mais objetivas, não teríamos ficado aqui quase uma hora e meia cada um a perguntar: Mas a minha rua vai ser asfaltada? Mas a minha escola vai ser melhorada? Mas os meus caminhos agrícolas vão ou não ser recuperados? E, portanto, esta falta de previsibilidade que nos permite ter um maior rigor na análise das GOP, e há pouco fiz uma pergunta embora não tenha tido resposta, requer que nas próximas Assembleias apresentem um documento relativamente à execução efetiva dessas medidas que estão aqui plasmadas. Só assim se poderá fazer ou medir a quantificação dos passos que vão ser dados, nem que seja para colocar em questão aquilo que nós não sabemos que está subjacente a estas medidas apresentadas. É preciso perceber, de Assembleia em Assembleia, o que é que está a ser feito, porque senão é demasiado vácuo para que possamos ter uma posição que não seja a abstenção.” -----

----- **O Deputado Vasco Lima** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “O facto de eu ter votado favoravelmente o orçamento é porque, para além da escola da Vila Nova que é um ponto positivo para a minha freguesia, acredito que, em conjunto com o Executivo, outros assuntos que foram falados aqui, e segundo a Sra. Presidente, vamos conseguir resolver algumas questões e alguns problemas da freguesia da Vila Nova. Cá estarei ao longo desse ano de dois mil e vinte e seis, para falarmos e percebermos ponto a ponto.” -----

----- **O Deputado Eduardo Azevedo** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “Eu votei a favor do orçamento porque tenho a certeza absoluta que os lajenses não iriam gostar que eu votasse contra, tendo em conta a promessa que nos foi feita relativamente ao Parque Industrial porque é, de facto, uma infraestrutura muito importante para o desenvolvimento da indústria nas Lajes e, principalmente para a Rua de Lajedo, que neste momento é um flagelo.” -----

----- **15. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2026.**-----

----- A **Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Catorze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Onze abstenções do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo e Vasco Miguel Valadão de Lima.

----- **16. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA PARA O ANO DE 2026 - NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.**-----

----- A **Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- A **Deputada Hélia Cardoso** questionou se tinha sido feita alguma consulta ao mercado.-----

----- A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não, que aquele era o ROC que estava a trabalhar com aquele executivo desde o anterior mandato e, mediante o acompanhamento que vinha sendo feito, inclusivamente no processo de internalização, entenderam que era importante haver um trabalho de continuidade, até porque este também fazia o acompanhamento à empresa Municipal e à Cooperativa Praia Cultural, que não está devidamente extinta. -----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Vinte votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso; -----

----- **Um do PS** - Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra. -----

----- **Oito abstenções do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa e Eduardo Manuel Marques Azevedo. -----

----- **17. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA PRAIA AMBIENTE, EM, PARA O ANO DE 2026.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- O Deputado Luís Leal lembrou que a Praia Ambiente tinha cerca de dez milhões de euros para executar em projetos, que há bem pouco tempo tinha havido um segundo administrador que renunciou ao cargo, pelo que era relevante perceberem o que é que o executivo pensava relativamente ao perfil do próximo administrador(a); se pretendiam que terminasse o mandato; qual é que era a perspetiva do executivo relativamente à cronologia desse(a) próxima pessoa, para compreenderem quem ia ser o timoneiro daquilo.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquela era uma situação que o novo executivo percebeu que seria um desafio, por isso, muito em breve iriam fazer a nomeação de um novo administrador, uma pessoa experiente e capacitada para poder ajudar a executar o mesmo. Disse terem noção de que o desafio dos próximos quatro anos era grande, mas tinha que haver um elevado nível de envolvimento e de responsabilidade para assumir todos os desafios que estavam inerentes às candidaturas da Praia Ambiente. Concluiu dizendo que acreditavam que em janeiro haveria condições para que a respetiva nomeação pudesse acontecer.-----

----- **O Deputado Rafael Lima** interveio e disse que, independentemente do que quer que fosse sobre o administrador da Praia Ambiente, a verdade era que a máquina continuava a funcionar e a prova disso era o PO2030 e as candidaturas ali apresentadas. Lembrou que tinham um investimento de dez milhões, dividido em um ponto três milhões para a Praia Mais Circular; três ponto cinco milhões para a Praia Menos Perdas; cinco ponto três para o Fundo Ambiental. Concluiu dizendo que, por isso mesmo, o que interessava era a máquina do Estado e naquele caso uma empresa pública/privada prosseguir os seus trâmites e que era de salientar e lisonjear o trabalho desenvolvido. ----

----- **O Deputado Hélio Rocha** questionou se os cinco ponto dois milhões de euros se referiam à água das Fajãs, porque o nome do projeto levava a freguesia da Aqualva, mas achava que isso não tinha muito que ver com a mesma.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquele processo envolvia vários furos, inclusivamente um do Golfo, do Cabrito e havia mais um, mas que não se recordava, por isso, o registo da candidatura tinha ficado Aqualva. Disse haver uma pontinha que envolvia a freguesia e que, sabendo também a qualidade da água que Aqualva tinha, o Deputado Hélio Rocha podia ficar lisonjeado com isso, porque haveria forma de a trazer até ao centro da cidade e melhorar, não só a quantidade, mas também a qualidade da água na zona urbana e muitas outras freguesias do Concelho, porque esta seria uma obra de grande abrangência. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **18. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA PRAIA CULTURAL, CIPRL, PARA O ANO DE 2026.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **19. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOTA JUSTIFICATIVA REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL 2026, DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 29º DA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- **20. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA EMPRESA MUNICIPAL PRAIA AMBIENTE, EM, PARA O ANO DE 2026.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos.-----

----- **Treze abstenções, nomeadamente:**-----

----- **Doze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima;-----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **21. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TARIFÁRIO DA PRAIA AMBIENTE, EM, PARA O ANO DE 2026.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- A Deputada **Hélia Cardoso** questionou o porquê de não haver atualização, de acordo com o índice de preços ao consumidor.-----

----- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que tinha sido do entendimento que, independentemente de não fazerem esse aumento, caso existisse alguma rapagem,

sendo a Empresa Municipal, havia sempre a responsabilidade do Município assumir esse valor. Concluiu informando que tinha sido esse o entendimento, ou seja, que deveriam manter exatamente da mesma forma e avaliar no próximo ano. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **22. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E A PRAIA AMBIENTE, EM – LIMPEZA URBANA PARA O ANO 2026.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezassete votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Catorze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva e Zósimo Linhares Pereira Nunes; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos. -----

----- **Treze abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Doze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima;-----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **O Deputado Luís Leal** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “A nossa abstenção, para não ser depois mal interpretada, a questão que se coloca é a seguinte, na cláusula quinta do contrato programa há um poder de dever do Município relativamente à ação da Praia da Ambiente, que é o de poder acompanhar e fiscalizar. No relatório não há qualquer evidência relativamente ao acompanhamento e/ou à fiscalização, e queremos dar nota de abstenção relativamente a esta omissão da evidência da fiscalização” -----

----- **23. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E A PRAIA AMBIENTE, EM – TARIFA SOCIAL PARA O ANO 2026.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **24. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E**

A PRAIA AMBIENTE, EM – ISENÇÃO DA TARIFA FIXA MENSAL DE RESÍDUOS A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA 2026. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Rafael Lima** pediu escusa de voto por fazer parte das instituições sem fins lucrativos, naquele caso dos órgãos. -----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Vinte e nove votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva e Zósimo Linhares Pereira Nunes;-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Treze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Uma abstenção do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **25. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA TERAMB, EM, PARA O ANO DE 2026.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **26. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TARIFÁRIO DA TERAMB, EM, PARA O ANO DE 2026.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **27. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A TERAMB, EM, E OS MUNICÍPIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E PRAIA DA VITÓRIA PARA O ANO DE 2026.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Trinta votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Catorze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo

Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva e Zósimo Linhares Pereira Nunes; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos; -----

----- **Treze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima. -----

----- **Uma abstenção do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **28. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA TERAMB, EM, PARA O QUADRIÉNIO 2026-2029.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezassete votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Catorze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva e Zósimo Linhares Pereira Nunes; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos. -----

----- **Catorze abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima; -----

----- **Uma do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **29. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS – JUNTAS DE FREGUESIA – GESTÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio e em relação, por exemplo, ao pavilhão das Quatro Ribeiras, disse achar que estava com problemas no teto. Posto isso, questionou se aquele contrato incluía verbas para as reparações necessárias a ficar em condições de ser utilizado pela população. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que era só ao nível da abertura, fecho e respetiva limpeza regular, de forma a garantir as condições adequadas para a prática desportiva. Tudo o que eram situações estruturais eram da responsabilidade do Município, até porque o edifício em si estava na posse deste, não havia nenhum tipo de cedência do imóvel para que a responsabilidade passasse para a Junta de Freguesia. -----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** concluiu, das palavras da Sra. Presidente, que naquele caso, aquele contrato não teria utilidade porque não estava em condições de ser utilizado.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, naquele momento, não tinham informação de que não estivesse a haver atividade no pavilhão devido às condições do teto, da mesma maneira que tinham outras pequenas infiltrações, que aconteciam noutros pavilhões, e que não tinham indicação de que houvesse limitação do seu uso, pelo menos no pavilhão das Quatro Ribeiras, que era o que estava a discussão. -

----- **O Deputado Bruno Narciso** usou da palavra e disse que os serviços municipais já se tinham deslocado ao pavilhão duas vezes, já tinha sido feito um levantamento do que era necessário porque, atualmente, não estava em condições de ser utilizado, mas a Câmara Municipal, pelo que lhe tinha sido transmitido, já estava a tratar do assunto e esperavam que o mesmo fosse resolvido brevemente. -----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Trinta e um votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Treze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Uma abstenção do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **30. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO RECINTO PARA ESPETÁCULOS MUSICAIS AO AR LIVRE DA ZONA DO PAUL, COM OBRIGAÇÃO DE NELE REALIZAR ESPETÁCULOS DIÁRIOS ENTRE 31 DE JULHO E 8 DE AGOSTO DE 2026.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Luís Vieira** interveio e questionou se as outras freguesias também tinham direito à isenção de taxas.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que todas as entidades, devidamente constituídas, se colocassem a questão ou se apresentassem uma proposta ao Município, teriam a isenção e a mesma seria presente àquela Assembleia para a sua validação, tal como já tinha sido feito em anos anteriores. -----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezanove votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Treze abstenções do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima. -----

----- **31. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA PRAIA DA VITÓRIA.**

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **32. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO ADESÃO À MOBILIDADE PARA O GOVERNO REGIONAL.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** usou da palavra e disse que, pelo que tinha percebido, tinha sido feito um levantamento, aquando do início das funções da Presidente da Câmara, daqueles que não eram necessários, tinha sido aprovado em Assembleia Regional a mobilidade em causa, essa possibilidade de integração. Questionou se o que se estava a referir era que já havia necessidade dessas pessoas, só porque elas não manifestaram vontade de aderir a essa mobilidade; se os seis por cento, referidos por si, de aumento de despesas com pessoal, afinal, integravam essas sete pessoas. Concluiu relembrando que a Sra. Presidente da Câmara tinha dito que não havia aumentos de pessoal/novas contratações e perguntou se aquelas sete pessoas eram novas contratações. -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** interveio e, no seguimento daquilo que tinha dito a Deputada Hélia Cardoso, esclareceu que as mobilidades não eram obrigatórias, ou seja, elas careciam de uma autorização ou de um consentimento do interessado, por isso, independentemente de ter sido aprovada a proposta do BE em Assembleia

Regional, podia ser feita a mobilidade para a administração pública, todavia sempre com o consentimento das partes. Posto isso, disse que aqueles sete funcionários teriam que aceitar a referida mobilidade. Concluiu dizendo que, sendo assim, não havia um aumento da despesa, mas apenas a manutenção daqueles postos de trabalho. -----

----- **O Deputado Rafael Lima** usou da palavra e disse que se foi aprovado o mapa pessoal, no ponto dezanove, por unanimidade, tecnicamente não havia qualquer justificação para colocar em causa a mobilidade. Acrescentou que, a mobilidade em si era uma questão técnica, uma questão jurídica e essa dependia do consentimento do trabalhador. Por isso, achava que não deviam politizar a questão, mas sim tratá-la como uma questão técnica, ainda para mais tendo em conta aquilo que era o histórico da presente sessão, em que o ponto dezanove tinha acabado por ser aprovado por unanimidade. Concluiu dizendo fazer as palavras finais da Sra. Deputada Andreia quanto àquilo que era a manutenção dos vínculos laborais por parte da Câmara Municipal. -----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** interveio e disse que não estava a politizar, que tinha aprovado o ponto dezanove com base na informação, que considerava credível, de que não havia aumentos de pessoal. Relembrou que houve pessoas que se foram embora, que procuraram soluções para a sua vida e, depois, o processo arrastava-se e criava-se uma situação de exceção para os últimos casos, o que não era justo com todos os outros que tinham sido dispensados, tinha que haver coerência em todo o processo. Acrescentou que, dentro da Administração Pública, de certeza que encontraram algo que condissesse com o perfil de cada um, e tinha-lhes sido criada essa solução. Concluiu informando que não concordava com aquela situação, por isso, ia votar contra. -----

----- **A Deputada Andreia Vasconcelos** interveio para fazer a distinção das coisas, ou seja, disse que a maioria daqueles trabalhadores não tiveram que responder a um concurso público de trabalho e aquela tinha sido a grande primeira dificuldade. A segunda era que alguns daqueles funcionários nem habilitações tinham para ocupar os lugares que ocupavam. Acrescentou que o que se colocava em cima da mesa era o processo normal de uma mobilidade, ou seja, tinha a parte interessada que aceitar e o serviço de destino que aceitar também. Relembrou que, foi colocado a todos os trabalhadores, naquelas mesmas circunstâncias, a questão da mobilidade e só podiam passar aqueles que aceitassem aquele contrato, por isso, se os restantes tinham aceito, tinham assinado e esses contratos tinham sido devidamente publicados, aqueles sete tinham que aceitar. Informou que, tiveram que esperar aquele tempo todo para que os funcionários em causa pudessem ficar devidamente habilitados para poderem concorrer. Confessou que, não queriam que as pessoas tivessem entrado pela porta do cavalo para a Administração, todavia o problema estava no colo, tinha sido discutido na Assembleia Legislativa Regional e tinha sido recomendado ou indicado que assim o fosse e foi isso que se fez. Concluiu dizendo que, naquele momento tinham o problema, tinham que o resolver e sete daqueles funcionários mantinham-se. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que aquele risco estava identificado desde o princípio, que decorria da lei a vontade do trabalhador e não

podiam alinhar em movimentos impositores e totalitários, que ninguém queria com certeza, a lei permitia-lhes e eles usufruíram da mesma.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu, à Deputada Hélia Cardoso, dizendo que não havia aumento e que o valor dos seis por cento estava correto, porque quando falavam naqueles sete elementos, estavam a falar de elementos que pertenciam ao quadro do Município, desde o momento em que passaram a ser funcionários públicos, por isso, se eles transitassem o que ia acontecer era uma alteração contrária. Acrescentou que, desde o início de todo aquele processo, a questão da lei, poderia chegar ao ponto de as pessoas recusarem. Relembrou que, todo o procedimento tinha corrido muito bem, que tinham transitados os técnicos superiores, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais não puderam transitar porque não podiam fechar o processo enquanto alguns desses elementos estivessem a receber formação, por falta de habilitações. Informou que, naquele momento, ainda estavam a aguardar por um funcionário para se poder fechar o processo. Referiu que, ao longo de todo aquele tempo, houve alterações internas no Município, como mobilidades, mortes inesperadas, ou seja, uma redução de elementos, por isso, não podiam dizer que não precisávamos daqueles elementos. Concluiu dizendo que, sabiam que havia aquele risco, que acolheram todos na função pública e, naquele momento, o processo de mobilidade não era aceite por eles. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, com a votação daquele ponto, encerrava-se a questão dos trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural. De seguida, relembrou todo o percurso daquele processo e disse que a história era o que era, ou seja, era o legado que o PS tinha deixado. Relembrou, ainda, que tinha sido um percurso penoso para eles, responsáveis por uma decisão política e, seguramente, tão ou mais penoso para os próprios trabalhadores, mas tendo sido possível acautelar estes, a solução estava próxima do fim. Concluiu repetindo que, com a votação daquele ponto, punham, finalmente, um ponto final naquele assunto dos trabalhadores da Cooperativa Praia e Cultural e, por muito penoso que tivesse sido todo aquele percurso, achava que podiam chegar àquele final e respirar de alívio, com um sentimento de justiça feita. Uma justiça que era o que era, meia enviesada, não era uma justiça pura, mas era a justiça possível. -----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Trinta e um votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Treze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco

Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

----- **Um voto contra do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso.-----

----- **O Deputado Luís Leal** apresentou uma declaração de voto:-----

----- “Vimos aqui a maioria a socorrer-se de legalidades, compreende-se o hiato de tempo decorrido, mas aquilo, e já que se falou em legalidades e em questões de requisitos e de forma, isto foi o que, em direito se diz, “*Non venire contra factum proprium!*”. Quem estava no início destas circunstâncias, se soubesse o que se passou hoje aqui, muito provavelmente não teria ido para casa com uma indemnização e é isto que é “*Non venire contra factum proprium!*”, quando gera uma determinada expectativa, mas depois acontece ao contrário, quando a parte dominante tem, no fundo, essa prerrogativa. E, portanto, votamos a favor e fomos coerentes com a nossa história e com a nossa posição, independentemente das vicissitudes que se passaram ao longo dos tempos e compreende-se perfeitamente. Agora, outra coisa que também nos parece óbvia foram sete assistentes operacionais, é óbvio que é preciso ainda mais, é a nossa perspetiva e há de facto a necessidade, olha-se à volta, olha-se para os caminhos e de facto achamos até que há a necessidade de mais assistentes operacionais relativamente àquilo que é a nossa posição sobre esta proposta que foi aqui discutida.”-----

----- **O Deputado Rafael Lima** fez uma interpolação à Mesa no sentido de o Presidente da Mesa apreciar se aquela tinha sido uma declaração de voto, porque acabava por ter matéria que queria dar uso ao contraditório, mas que, naquele momento, não tinha possibilidade de o fazer.-----

----- **O Presidente da Mesa** confessou que não estava com a devida atenção à declaração de voto do Deputado Luís Leal, pois estava a tratar de outros assuntos. Continuou informando que, não lhe permitia o contraditório porque ia fazer fé daquilo que o Deputado tinha dito que seria uma declaração de voto, que ia manter essa fé na declaração de voto do Deputado Luís Leal, presumindo que a sua fé fosse de uma confiança quase cega e que essa fé, no futuro, permanecesse e que quando fosse uma declaração de voto seria mesmo uma declaração de voto, portanto, não permitia o contraditório.-----

----- **A Deputada Hélia Cardoso** apresentou uma declaração de voto:-----

----- “Eu sei que quando se tem que tomar decisões sobre a vida das pessoas que trabalham connosco e que nos tocam de perto é difícil, porque temos o lado humano. Eu, felizmente, ao votar contra não tenho essa carga emocional em cima de mim. Um dos aspetos que eu admirei quando tomou posse, pela primeira vez, foi tomar a decisão difícil de reduzir os encargos da Câmara, para que a Câmara Municipal da Praia da Vitória não se afundasse e, sinceramente espero que continue a ter essa força, porque não é fácil, isto é um meio pequeno, há muita pressão pessoal. O meu voto contra foi tentar pôr alguma justiça neste processo todo enviesado, como o Sr. Deputado Luís referiu, de que houve pessoas que aceitaram a decisão, foram para casa, foram procurar soluções e depois para um conjunto mais pequeno de pessoas, como é mais pequeno, tentou-se encontrar aqui uma solução, afinal já são necessárias, eu não aceito que de

repente o perfil que a Câmara procura são exatamente estas sete pessoas, custa-me a aceitar essa decisão, estas pessoas não ficavam sem uma perspetiva de vida, não ficavam sem trabalho, não é justo, não é justo que estas sejam tratadas de forma diferente de todas as outras.” -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “Pôs-se hoje um ponto final num percurso penoso para a Praia da Vitória. Podemos questionar o resultado, é sempre legítimo questionar o resultado, mas o resultado é consequência de um início, se o início não foi direito, o resultado, por muito direito que tente ser, tem sempre esse problema do enviesamento. E só a título de curiosidade, nós hoje estamos decidindo, ou acabamos de decidir, um processo de não adesão a um mecanismo de mobilidade, mecanismo de mobilidade esse que foi aprovado pelo Parlamento dos Açores e que contou com os votos favoráveis do PS, os votos favoráveis do PSD, os votos favoráveis do CDS, os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, os votos favoráveis do PPM, os votos favoráveis do CHEGA, a abstenção da Iniciativa Liberal e o voto favorável do PAN. E, portanto, foi este o resultado do Parlamento dos Açores que decidiu este mecanismo de mobilidade e, portanto, nós hoje simplesmente tomamos uma decisão de que sete desses trabalhadores, que estavam abrangidos por esta decisão do Parlamento dos Açores, ficam dispensados desse encargo e, portanto, permanecem nos quadros da Câmara Municipal, a trabalhar na Praia da Vitória.” -----

----- **O Deputado Rafael Lima** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “A verdade é que, na realidade, ao contrário daquilo que acabou por ser aqui dito, não houve, em momento algum, ninguém obrigado a sair. Acabou o contrato (não percebi bem o que aqui foi dito), oficiou o acordo de revogação do contrato de trabalho e esse acordo é sim bilateral, ou seja, são vontades bilaterais e nunca unilaterais a par, literalmente, da situação da mobilidade que acaba por ser uma situação bilateral. Portanto, o conhecimento é técnico e é por isso que, felizmente, damos hoje um ponto final nesta situação, mencionando e salientando, novamente, aquele que foi o trabalho de coragem do Executivo ao assumir uma posição em resolver a situação precária destes funcionários da Câmara Municipal.” -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio para fazer um aparte, ou seja, disse que era verdadeiramente original partidos que votavam a favor fazerem uma declaração de voto, ainda a Sra. Deputada Hélia Cardoso até compreendia, pois esta votou contra e justificou o seu voto, mas os que votam a favor era uma originalidade. -----

----- **33. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CARTA SOCIAL DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** iniciou a sua intervenção dizendo que, na página sete da Carta Social apresentada estava escrito que a elaboração desta era da responsabilidade da Câmara e devia garantir o envolvimento dos Conselhos Locais de Ação Social e das Entidades da Economia Social, tal como nos instrumentos estratégicos de planeamento, que estavam plasmados no Decreto de Lei número

cinquenta cinco, dois mil e vinte, de doze de agosto, no artigo quarto “Carta Social Municipal”, no seu número três estava estipulado que competia à Assembleia Municipal aprovar a Carta Social Municipal e as suas revisões, apostos que eram e parecer dos Conselhos Locais de Ação Social. Posto isso, disse presumir que não existia Conselho Local de Ação Social constituído na Praia da Vitória e que gostaria que lhe fosse confirmado se esse Conselho tinha sido constituído ou não para poder expressar a sua intenção de voto, relativamente àquela matéria. -----

----- **A Deputada Diana Simões** interveio para enaltecer o facto de a Câmara ter elaborado aquele documento, que era um documento tão importante e que era inexistente no Concelho. Referiu que, aquele era um instrumento estratégico fundamental, quer para o planeamento, quer para a gestão, no que tocava à rede de serviços e equipamentos sociais que tinham no Concelho. De seguida, enumerou as várias áreas que o documento em causa vinha beneficiar e informou que era um documento que permitia, primeiro mapear quais é que eram as instituições que tinham no Município e adequava as respostas necessárias a ele. Disse que, era uma forma de gestão Municipal, mas também de gestão com as entidades locais e com as entidades governamentais para que se pudessem desenvolver políticas focadas naquelas que eram as verdadeiras necessidades do Concelho. Concluiu dizendo que, mais uma vez era de salientar e enaltecer o trabalho da Câmara naquela questão do desenvolvimento da Carta Social e informou que só podiam votar favoravelmente aquele ponto. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra para acrescentar que só reconhecia mérito naquele tipo de instrumentos e que era com muito agrado que verificava que aquela ação tinha sido tomada, porque era um instrumento de base para as políticas sociais do Concelho. Esclareceu que, era só por uma questão de formalidade que poderia votar contra a aprovação daquela carta, até que ela envolvesse as partes interessadas. Quanto ao seu conteúdo, disse não duvidar que ele seria de valor para o trabalho que a Câmara tinha que desenvolver na área social do Concelho. Repetiu que, era apenas por uma questão de formalidade e porque também entendia que se a lei determinava que era necessário o parecer do Conselho Local e que se este não tinha sido criado não poderia votar a favor. Concluiu dizendo que, quando isso assim lhes fosse apresentado, tendo cumprido aquele requisito, certamente ia votar a favor. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, aquele trabalho tinha sido feito por uma empresa externa, que preparou, não só a Carta Municipal do Município da Praia da Vitória, mas também do Concelho vizinho. Informou que, tinham sido feitas auscultações, não só das juntas de freguesia, de todas as entidades que constavam no documento que ali estava, para que pudesse ser feito um diagnóstico. Esclareceu que, o que dizia, de acordo com a Portaria sessenta e seis de dois mil e vinte e um, de dezassete de março, era que incumbia às Câmaras Municipais elaborar, manter atualizada e divulgar a Carta Social, em articulação com o Conselho Local da Ação Social, ou seja, não dizia que era obrigatória aquela instalação. Por isso, desde o momento que tinham a Carta aprovada, podiam articular com o Conselho Local da Ação Social, assegurando a programação e monitorização de todas as respostas sociais de carácter intermunicipal. Informou que, não era só uma responsabilidade do Município, era intermunicipal

porque era transversal a todas aquelas entidades. Concluiu dizendo que, era aquilo que estava no documento e que, em momento algum dizia que era obrigatório e informou que tinha sido votado favoravelmente em reunião de Câmara.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** interveio e disse que, pela resposta presumia que o Conselho Local da Ação Social não tinha sido criado e, por isso, questionou se o mesmo ia ser criado. -----

----- **Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Trinta e um votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Quinze do PPD/PSD** – Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Rafael Tavares Lima, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Marcos de Oliveira e Fagundes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Joel José Toste Ávila, Susana Cristina Toste da Silva, Zósimo Linhares Pereira Nunes e Lucas Filipe Dinis Almeida; --

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Marina Nunes Simões e Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos;-----

----- **Doze do PS** - Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Luís Miguel Vieira Leal, Maria Antónia Ferreira Nogueira S. Dutra, Simão Pedro Meneses Fonseca, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, Luís Miguel Branco Silveira, Maria da Conceição Sousa Menezes, Francisco Natálio Mendonça Ventura, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Eduardo Manuel Marques Azevedo, Bruno Narciso Meneses Lopes e Vasco Miguel Valadão de Lima;-----

----- **Um do CHEGA** – Hélia Maria Pinheiro Cardoso. -----

----- **Um voto contra do PS** - Ricardo António Ferraz da Rosa. -----

----- **34. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma proposta, apresentada pelo PSD com o nome da Sra. Deputada Vânia Leal, tendo o mesmo questionado a Assembleia se havia mais alguma proposta a apresentar, não havendo procedeu-se à respetiva votação, por escrutínio secreto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada com vinte e oito votos a favor, dois votos nulos e dois votos em branco.** -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:**-----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram vinte e uma horas, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____

—

—



VOTO DE RECOMENDAÇÃO

Na qualidade de Deputada Municipal do partido CHEGA, abaixo assinada vem, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, submeter à Assembleia Municipal da Praia da Vitória o seguinte Voto de Recomendação, motivado pelo estado de degradação e abandono dos passadiços de madeira que fazem a ligação entre a marginal da cidade e o Bar da Riviera, zona de grande relevância turística e de uso público diário.

Considerando que:

Verifica-se a deposição excessiva de areia e sedimentos, acumulados até ao nível das estruturas edificadas, dificultando ou impedindo a circulação normal dos utilizadores, encontrando-se alguns acessos praticamente soterrados e zonas que deveriam estar desobstruídas, agora invadidas pela areia;

Há erosão acentuada do solo sob as passagens elevadas e escadas de madeira, sendo visíveis cavidades, instabilidade do terreno, pilares expostos e bases corroídas, resultantes da retirada de areia pelas intempéries, colocando em causa a segurança estrutural do percurso;

As próprias estruturas de madeira revelam sinais evidentes de degradação, desgaste e falta de manutenção, com suportes parcialmente desapoitados e zonas com risco potencial para a integridade física dos utilizadores;

Não se observam intervenções recentes por parte dos serviços competentes, apesar de se tratar de um espaço público, turístico e diariamente utilizado por residentes e visitantes, sinónimo de uma inadequada preservação de um ativo relevante para o concelho;

A situação observada constitui um exemplo claro de falta de manutenção preventiva, falha na mitigação dos efeitos previsíveis da erosão costeira e negligência na preservação da segurança dos cidadãos, dos visitantes e da própria imagem da Praia da Vitória.

O Município da Praia da Vitória não pode permitir que espaços públicos de uso diário e de importância turística sejam deixados ao abandono, com riscos claros para a segurança dos cidadãos e para a imagem do concelho.

A manutenção e preservação destes espaços é um dever de boa gestão pública que importa reforçar.

Assim, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória recomenda à Câmara Municipal que:



Proceda com carácter urgente à intervenção no local, garantindo a reposição imediata das condições de segurança, estabilidade e acessibilidade dos passadiços;

Implemente medidas de mitigação e prevenção da erosão, ajustadas à dinâmica costeira daquela área, evitando a repetição dos danos observados;

Assegure um plano regular de manutenção e monitorização das infraestruturas existentes, prevenindo situações de risco e preservando adequadamente um espaço de relevante interesse público e turístico.

Praia, 15 de dezembro de 2025

A Deputada Municipal do CHEGA

Assinado por: **Hélia Maria Pinheiro Cardoso**
Num. de Identificação: 10446236
Data: 2025.12.11 18:00:49-01'00'



VOTO DE PROTESTO

O grupo municipal do Partido Socialista, o grupo municipal do CDS/PP, e a deputada municipal eleita pelo partido Chega manifestam a sua profunda indignação com o facto da Azores Airlines não reforçar a operação aérea na época de Natal e de Ano Novo para a Ilha Terceira.

A Azores Airlines anunciou, numa nota de imprensa, a 13 de novembro de 2025, um reforço que “contempla as ligações entre o continente português (Porto e Lisboa) e o arquipélago dos Açores (Ponta Delgada, Santa Maria, Faial e Pico) (...) com maior incidência entre 20 de dezembro e 04 de janeiro”.

Para os subscritores do presente voto não há qualquer justificação operacional, económica ou estratégica para a decisão de excluir a Ilha Terceira, o que penaliza a segunda maior economia dos Açores e compromete a mobilidade das famílias e das empresas dos concelhos da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo.

A decisão da Azores Airlines em não reforçar nesta quadra os voos de e para a Ilha Terceira é inadmissível para uma companhia que se diz regional, deixando a Ilha Terceira para trás.

A estratégia definida pela Azores Airlines que insiste em concentrar a mobilidade dos açorianos em uma só ilha amputa o papel da Terceira na coesão Regional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os subscritores do presente voto propõe à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária no dia 15 de dezembro de 2025, a aprovação do presente Voto de Protesto, expressando o seu desagrado pela Azores Airlines contemplar todas as “gateways” dos Açores, exceto a Ilha Terceira, no reforço de voos de Natal e de Ano Novo, prejudicando as famílias, as empresas e o destino Terceira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Conselho de Administração do Grupo SATA, ao Conselho de Administração da Azores Airlines, ao Governo dos Açores e à Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo.

15 de dezembro 2025

Os subscritores,



Handwritten signatures of the subscribers, including names like João, Helia, and others.

P. ROSA



Praia da Vitória

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

Recomendação para Implementação de uma Plataforma Tecnológica de gestão da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

O Grupo Municipal do Partido Socialista recomenda ao Presidente da Assembleia Municipal que, com o apoio dos serviços camarários especializados em Tecnologias da Informação, proceda a uma consulta ao mercado, com vista à identificação de uma solução tecnicamente adequada e economicamente viável para a implementação de uma solução tecnológica de gestão deste órgão.

Essa solução deverá permitir a criação de uma plataforma para o registo de presenças, tempos de intervenção, comunicações e votações, a desmaterialização documental e outros instrumentos de apoio à gestão, designadamente a transcrição para ata, bem como a disponibilização de um website institucional público com informação detalhada sobre a composição deste órgão, entre outros instrumentos e ferramentas considerados de interesse.

Praia da Vitória, 25 de dezembro de 2025.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Estefânia Wojnera

Luís L

Maria Luísa Cardoso FLUMINENSE



Voto de Recomendação

Reabilitação da Escola Básica Integrada dos Biscoitos

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária na Freguesias das Fontinhas, a 15 de dezembro de 2025, recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova, com a maior brevidade possível, a realização de obras de reabilitação na Escola Básica Integrada dos Biscoitos, estabelecimento de ensino fundamental para a freguesia dos Biscoitos e para o concelho da Praia da Vitória.

Ao longo de várias décadas, a manutenção e a modernização deste edifício escolar não acompanharam as exigências técnicas, pedagógicas e de segurança que hoje se colocam às infraestruturas educativas. O progressivo desgaste das instalações, associado à ausência de manutenção consistente, tem vindo a comprometer as condições de conforto, funcionalidade e segurança para alunos, docentes e pessoal não docente.

A Escola Básica Integrada dos Biscoitos desempenha um papel central na coesão social, no desenvolvimento educativo e na fixação de famílias numa freguesia com identidade própria e forte ligação ao território. Garantir instalações dignas e adequadas é, por isso, uma responsabilidade pública inadiável, que se enquadra no princípio da igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade, independentemente da localização geográfica.

Neste contexto, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória entende que a reabilitação da Escola Básica Integrada dos Biscoitos deve assumir carácter prioritário, sendo necessária uma intervenção que vá além de soluções pontuais, assegurando a valorização estrutural do edifício, a melhoria das condições de aprendizagem e a adaptação às necessidades atuais e futuras da comunidade escolar.

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal da Praia da Vitória reunida em sessão ordinária na Freguesias das Fontinhas, a 15 de dezembro de 2025, a aprovação de um voto a recomendar ao Governo Regional dos Açores que desencadeie, com urgência possível, os procedimentos técnicos e administrativos necessários à concretização de obras de reabilitação da



Escola Básica e Integrada dos Biscoitos, reafirmando o compromisso da Região com a educação, a equidade territorial e o futuro das crianças e jovens da ilha Terceira.

Fontinhas, 5 de dezembro de 2025

Os deputados municipais do CDS-PP



Pedro Pinto

Diana Simões

Andreia Vasconcelos

Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Exmos. deputados municipais.

Exma. Senhora Presidente da CMPV.

Exmos. Vereadores.

Minhas senhoras e meus senhores.

Aceitar a rotina, a divisão fácil ou a ideia errada e perigosa de que quem discorda de nós é um adversário pessoal é " pensar pequeno " tal como o é ainda não acreditar que a valorização do património cultural e histórico do nosso concelho ganha particular relevância quando é acompanhada por práticas de transparência, de informação clara e de explicações pormenorizada sobre as opções, os objetivos e os impactos das iniciativas desenvolvidas pela autarquia. É nesse enquadramento (de esclarecimento, abertura e partilha com os municípios) que proponho um voto de congratulação pela reedição do livro "Memorial da Praia da Vitória " - edição atualizada - que demonstra compromisso com a memória, com a História e com a identidade local, contribuindo para a preservação da herança cultural da cidade.

Parabéns e muito obrigada.

Praia da Vitória, 15 de dezembro de 2025

Maria Luísa Cardoso Flores *Maria Luísa*

Maria Luísa Cardoso Flores

Maria Luísa

Simão Pedro Meneses Fonseca

António Miguel Branco

RECIBE DE CONCURSO DE SASSA FCGUECH

Eduardo Manuel Marques Aguiar

Osvaldo Antunes

António José Henriques
ATA



Voto de Congratulação

Ricky Joe Baptista

O Grupo Municipal do CDS-PP propõe a aprovação de um Voto de Congratulação a Ricky Joe Baptista, anterior Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, pelo seu percurso humano, cívico e político de relevante serviço público prestado ao concelho da Praia da Vitória no mandato de 2021-2025.

Filho de emigrantes naturais da freguesia das Fontinhas, nascido no Canadá, Ricky Joe Baptista cresceu profundamente ligado às suas raízes açorianas, sendo exemplo de uma geração de descendentes de emigrantes que, apesar de terem construído percursos pessoais e profissionais fora da sua terra de origem, mantêm vivo o sentimento de pertença e o compromisso com a comunidade de onde partiram os seus familiares.

Movido por esse forte vínculo identitário e pelo desejo de retribuir à sua terra aquilo que dela recebeu, decidiu regressar à Praia da Vitória, colocando voluntariamente as suas competências, experiência e conhecimentos ao serviço da causa pública e do desenvolvimento do concelho, num gesto de elevado valor cívico e humano que muito dignifica a comunidade praiense e, em particular, a freguesia das Fontinhas.

No exercício das funções de Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, entre 2021 e 2025, em representação do CDS-PP, assumiu responsabilidades em diversos pelouros estratégicos, nomeadamente nas áreas do Ambiente, Proteção Civil, Serviços Urbanos, Juventude, Desporto, Informação e Comunicação, bem como em matérias de natureza administrativa e regulamentar.

Assim, na primeira reunião ordinária da Assembleia Municipal da Praia da Vitória do mandato 2025-2029, que por coincidência feliz se realiza nas Fontinhas, freguesia natal da família, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária a 15 de dezembro de 2025, a aprovação do voto de congratulação a Ricky Joe Baptista pelo relevante trabalho exercido em prol do Município da Praia da Vitória no anterior mandato autárquico 2021-2025.

O presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio.



Fontinhas, 15 de dezembro de 2025

Os deputados municipais,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Andreia Vasconcelos", written over a horizontal line.

Andreia Vasconcelos

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Pedro Pinto", written over a horizontal line.

Pedro Pinto

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Diana Simões", written over a horizontal line.

Diana Simões



VOTO DE CONGRATULAÇÃO – MARIA AREIAS

A Bancada do Partido Socialista apresenta o presente Voto de Congratulação a Maria Areias, em reconhecimento pelo seu mérito desportivo e pela relevante conquista alcançada a nível nacional, na modalidade de Dança Desportiva, enquanto atleta do Clube de Dança das Lajes.

Maria Areias sagrou-se Campeã Nacional do Circuito de Solos Standard, na categoria Juniores 1 Iniciados, demonstrando elevada excelência técnica, dedicação exemplar e um percurso competitivo marcado pelo esforço, disciplina e determinação. Esta conquista reafirma o talento emergente da atleta e constitui um motivo de orgulho para a nossa comunidade.

Assim, os Deputados eleitos pelo Partido Socialista expressam o seu reconhecimento e felicitações a Maria Areias, desejando-lhe contínuos sucessos e que o seu trajeto desportivo continue a inspirar jovens atletas.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados eleitos pelo Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária no dia 15 de dezembro de 2025, a aprovação do presente Voto de Congratulação.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Clube de Dança das Lajes, à Junta de Freguesia de Vila Nova, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Assembleia Municipal da Praia da Vitória e à própria atleta Maria Areias.

Praia da Vitória, 15 de dezembro de 2025

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista:



VOTO DE CONGRATULAÇÃO – BRIANA ESPÍNOLA

A Bancada do Partido Socialista apresenta o presente Voto de Congratulação a Briana Espínola, em reconhecimento pelo seu percurso de excelência e pelas recentes conquistas que a distinguem no panorama desportivo nacional e ibérico, na modalidade de Dança Desportiva, enquanto atleta do Clube de Dança das Lajes.

Briana Espínola sagrou-se Campeã do Circuito Ibérico de Juventude, numa prova que reuniu atletas de Portugal e Espanha, demonstrando uma notável capacidade competitiva além-fronteiras.

Adicionalmente, conquistou o título de Campeã do Circuito Nacional de Standard, na categoria Juventude Iniciados, consolidando a sua posição entre as jovens atletas mais promissoras do país.

Estas distinções refletem a elevada dedicação, disciplina e talento da atleta, constituindo motivo de orgulho para a nossa comunidade e um exemplo inspirador para todos os jovens.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados eleitos pelo Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária no dia 15 de dezembro de 2025, a aprovação do presente Voto de Congratulação, expressando o seu reconhecimento e felicitações à atleta Briana Espínola, e desejando-lhe os maiores sucessos no seu futuro desportivo.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Clube de Dança das Lajes, à Junta de Freguesia da Vila das Lajes, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Assembleia Municipal da Praia da Vitória e à própria atleta Briana Espínola.

Praia da Vitória, 15 de dezembro de 2025

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista:

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is partially obscured by the second, which appears to be 'MASON'.